

ATA DE REUNIÃO (nº 270)

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, em cumprimento ao que estabelece a Lei Complementar nº 566, de 28 de junho de 2018 e alterações, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos, através de videoconferência, composto pelos membros: Adriano Antônio Pazianoto (CPA-10 Anbima, CP RPPS CODEL II, CP RPPS DIRIG III e CP RPPS CGINV III), Daniel Henrique Martins Biot (CEA ANBIMA e CP RPPS CGINV III), Mário José Piccarelli de Castro (CPA-20 Anbima, CP RPPS CGINV I e CP RPPS DIRIG I), Patrícia Nato Toninato Bartolomei (CPA-20 Anbima, CP RPPS CGINV III) e Wilelem de Lazari Araújo (CPA-10 Anbima, CP RPPS CGINV III, CP RPPS CODEL II, CP RPPS COFIS II e CP RPPS DIRIG III). A reunião teve como pauta: **I - Abertura dos Trabalhos; II - Votação da Ata de Reunião Anterior; III - Deliberação sobre relatório de investimentos do 1º trimestre de 2026; IV - Deliberação sobre credenciamentos; V - Atendimento Consultoria de Investimentos; VI - Discussão e manifestação sobre Requerimento nº 724/2026 da 15ª sessão do ver. Jean Dornellas; VII - Avaliação da Carteira de Investimentos do mês anterior e análise da conjuntura econômica, na seguinte ordem: a) Análise do cenário macroeconômico; b) Evolução do orçamento e fluxo de caixa; c) Desempenho dos investimentos no mês de abril/2026; VIII - Análise das situações de desenquadramento passivo da carteira; IX – Discussão e deliberação sobre a 11ª chamada para integralização de capital do FIP BTG Infraestrutura III; X - Discussão e deliberações quanto aos novos investimentos (se houver).** A coordenadora do Comitê de Investimentos, Patrícia Nato Toninato Bartolomei, cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Iniciados os trabalhos, a coordenadora consultou os membros presentes sobre eventual existência de conflito de interesses ou situação de impedimento em relação aos itens constantes da pauta, tendo todos declarado a inexistência de qualquer óbice à sua participação nas deliberações do dia. Prosseguindo com a pauta, informou que a ata de 27/04/2026 foi disponibilizada aos membros e que as sugestões de alterações já haviam sido feitas. **Colocada em votação, a ata nº 268 de 27/04/2026 foi aprovada por unanimidade.** Prosseguindo com a pauta, Patrícia Nato Toninato Bartolomei apresentou o Relatório de Investimentos referente ao primeiro trimestre. Informou que a análise técnica dos dados havia sido realizada na reunião de abril, quando foi examinada a carteira referente ao mês de março e efetuadas as observações necessárias, restando, na presente reunião, apenas sua apreciação final para aprovação. Esclareceu que o relatório, disponibilizado previamente aos membros por meio do chat da reunião, consolidava os resultados do trimestre, complementando os relatórios mensais com uma visão geral do período. Dessa forma, os **membros deliberaram, por unanimidade, pela aprovação do relatório de investimentos do 1º trimestre de 2026 com encaminhamento para aprovação dos conselhos fiscal e municipal de previdência.**

39 Em seguida, Patrícia Nato Toninato Bartolomei passou ao item referente aos
40 credenciamentos. Informou que a reunião contemplava duas atualizações de credenciamento
41 relacionadas à gestora Vinci Partners, responsável pela gestão do fundo de investimento em
42 participações VCP IV. Esclareceu que, embora a gestora não estivesse vinculada a
43 conglomerado financeiro enquadrado nos segmentos S1 ou S2, o fundo permanecia
44 amparado pelas alterações promovidas na legislação aplicável, permitindo a continuidade dos
45 aportes decorrentes do compromisso de investimento anteriormente assumido pelo
46 Instituto. Lembrou, ainda, que a Vinci Capital também atua como distribuidora dos fundos
47 sob sua própria gestão. Destacou também que a administração do fundo era realizada pelo
48 BTG Pactual, instituição devidamente enquadrada nos requisitos regulamentares, razão pela
49 qual o fundo permanecia apto sob esse aspecto. Na sequência, Patrícia Nato Toninato
50 Bartolomei convidou Mário José Piccarelli de Castro e Daniel Henrique Martins Biot para
51 relatarem as informações obtidas durante o evento “3º Annual Meeting RPPS Vinci
52 Compass”, de que participaram na semana anterior, ocasião em que também realizaram
53 diligência junto à gestora. Assim, Mário José Piccarelli de Castro apresentou relato sobre a
54 participação, juntamente com Daniel Henrique Martins Biot. Informou que estava
55 consolidando as informações obtidas durante as palestras e destacou que o fundo VCP IV
56 apresentava múltiplo bruto sobre o capital investido de aproximadamente 1,3x e múltiplo
57 líquido de cerca de 1,1x, apesar de ainda se encontrar na fase de investimentos, o que
58 indicava um desempenho inicial positivo. Relatou que aproximadamente 52% do capital
59 comprometido já havia sido alocado em quatro investimentos, destacando as empresas
60 Archtech, Bold Hospitality e GV Logística, além da existência de seis potenciais operações
61 em análise (pipeline). Em relação à Archtech, Mário José Piccarelli de Castro informou que a
62 empresa, especializada na locação de equipamentos de tecnologia da informação, apresentava
63 crescimento expressivo, tendo dobrado sua base de clientes nos últimos três anos,
64 promovido aprimoramentos em sua estrutura de governança e gestão e alcançado resultado
65 operacional correspondente a aproximadamente 2,3 vezes o EBITDA. Acrescentou que já
66 existiam tratativas para um possível desinvestimento da companhia nos próximos doze
67 meses. Na sequência, relatou que a Bold Hospitality, controladora da rede Outback
68 Steakhouse e de outras operações do setor de alimentação, vinha apresentando expansão
69 consistente, com crescimento aproximado de 8% na receita, aumento da rede para 204
70 restaurantes e fortalecimento das operações de delivery. Registrou que, durante a
71 apresentação, Daniel Henrique Martins Biot questionou os representantes da gestora sobre
72 os possíveis impactos da eventual redução da jornada de trabalho na escala 6x1 sobre o setor
73 de restaurantes. Segundo os representantes da Vinci Partners, a expectativa era de impacto
74 reduzido, tendo em vista que eventual alteração afetaria igualmente os concorrentes do
75 segmento. Sobre a GV Logística, Mário José Piccarelli de Castro explicou que a empresa
76 atuava no transporte de produtos de alto valor agregado e sensíveis à temperatura, como

77 medicamentos e vacinas, oferecendo não apenas o serviço de transporte, mas também toda a
78 estrutura de conservação necessária. Informou que aproximadamente 60% das operações
79 estavam concentradas no Brasil e 40% na Colômbia, destacando tratar-se de um mercado em
80 expansão, com elevada geração de caixa e também com perspectivas de desinvestimento no
81 curto prazo. Prosseguindo com o relato, Mário José Piccarelli de Castro informou que a
82 gestora possuía outras seis operações em fase de análise, distribuídas entre os segmentos de
83 serviços financeiros, serviços empresariais, saúde, consumo e tecnologia, ressaltando que, de
84 forma geral, o desempenho do fundo encontrava-se dentro das expectativas, com algumas
85 empresas apresentando resultados superiores ao inicialmente projetado. Quanto às palestras
86 realizadas durante o evento, Mário José Piccarelli de Castro informou que foi enfatizada a
87 importância da renda variável como componente estratégico das carteiras de investimento de
88 longo prazo. Relatou que os palestrantes defenderam que o mercado acionário brasileiro
89 permanecia descontado e destacaram que grande parte dos movimentos recentes do
90 mercado havia sido impulsionada pelo ingresso de capital estrangeiro, predominantemente
91 direcionado às empresas integrantes do índice Ibovespa. Ainda durante o evento, Mário José
92 Piccarelli de Castro informou que foi apresentada uma estratégia de investimentos em
93 debêntures incentivadas de infraestrutura, a qual considerou bastante interessante. Relatou
94 que o material havia sido encaminhado previamente aos membros do Comitê e sugeriu que
95 fosse agendada apresentação específica com a gestora para aprofundamento da estratégia,
96 caso houvesse interesse do colegiado. Questionado por Patrícia Nato Toninato Bartolomei
97 sobre a estrutura da gestora observada durante a diligência, Mário José Piccarelli de Castro
98 informou que a sede da Vinci Partners estava localizada em edifício próprio integrante de um
99 fundo imobiliário administrado pela própria gestora, situado no bairro do Leblon, no Rio de
100 Janeiro. Relatou que a estrutura física era ampla, moderna e compatível com o porte da
101 instituição, destacando ainda a existência de escritórios em São Paulo, Recife e Chile, sendo
102 que a unidade de Recife estava diretamente relacionada às estratégias de investimento
103 voltadas às regiões Norte e Nordeste. Acrescentou que conheceram a estrutura
104 organizacional da gestora, incluindo as divisões responsáveis pelas diferentes estratégias de
105 investimento, e informou que o próprio Sr. Alessandro Horta, diretor-presidente da gestora,
106 participava diretamente dos comitês de investimento. Registrou que a diligência permitiu
107 conhecer a estrutura física e organizacional da gestora, cujos elementos observados foram
108 considerados compatíveis com os requisitos exigidos para o credenciamento, sem prejuízo
109 do acompanhamento contínuo pelo Comitê. Registrou, ainda, que o evento contou com
110 palestras ministradas por representantes da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional
111 de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que abordaram, respectivamente,
112 estratégias de fundos de investimento e iniciativas relacionadas às debêntures incentivadas de
113 infraestrutura. Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou que toda a
114 documentação necessária à atualização do credenciamento da Vinci Partners havia sido

115 encaminhada pela gestora. Destacou apenas que a gestora responsável pelos fundos ilíquidos
116 não estava contemplada no rating atribuído ao grupo como um todo, embora possuísse
117 classificação MQ1, atribuída pela Moody's, considerada de elevado padrão de qualidade em
118 gestão de investimentos. Ressaltou que essa situação já havia sido analisada quando do
119 credenciamento inicial e que, considerando o histórico do grupo, a qualidade da governança
120 observada e o acompanhamento contínuo realizado pelo Instituto, entendia que a gestora
121 permanecia plenamente apta ao credenciamento. Acrescentou que a análise considerou: (i) o
122 rating MQ1 atribuído pela Moody's à gestora dos fundos ilíquidos; (ii) a conformidade
123 documental verificada nos autos do processo de credenciamento; (iii) o histórico operacional
124 do grupo Vinci nas alocações da Autarquia; e (iv) o enquadramento do administrador do
125 fundo, BTG Pactual, aos requisitos regulamentares aplicáveis. A fundamentação completa
126 consta do processo administrativo de credenciamento, disponível para consulta. Em seguida,
127 Patrícia Nato Toninato Bartolomei lembrou que o Instituto possuía compromisso de
128 investimento correspondente à subscrição de 3.500 cotas do fundo VCP IV, equivalente ao
129 montante de R\$ 3,5 milhões, cujo boletim de subscrição já havia sido assinado
130 anteriormente. Informou que as chamadas de capital vinham sendo realizadas de forma
131 gradual e que ainda permanecia parcela do compromisso a ser integralizada, em razão de o
132 fundo ainda se encontrar em fase de investimentos. Após consultar os membros sobre
133 eventuais dúvidas ou necessidade de esclarecimentos adicionais, submeteu à votação a
134 atualização do credenciamento da gestora. Dessa forma, após análise dos documentos de
135 credenciamentos e cumprimentos dos requisitos necessários, os **membros deliberaram,**
136 **por unanimidade, pela aprovação da atualização dos credenciamentos das seguintes**
137 **instituições e fundos com encaminhamento ao CMP para referendo: Gestor: VINCI**
138 **CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA, CNPJ: 11.079.478/0001-75; Fundo:**
139 **VINCI CAPITAL PARTNERS IV FEEDER B FUNDO DE INVESTIMENTO EM**
140 **PARTICIPAÇÕES, CNPJ: 42.847.134/0001-92.** Em seguida, Patrícia Nato Toninato
141 Bartolomei registrou que, na reunião anterior, não havia ficado devidamente consignada em
142 ata a análise realizada pela Consultoria LDB/i9 acerca do fundo imobiliário objeto de estudo
143 pelo Comitê. Informou que o parecer apresentado havia sido considerado útil, embora
144 menos aprofundado do que o esperado, uma vez que grande parte das informações
145 apresentadas já era de conhecimento dos membros do Comitê. Resumiu o conteúdo do
146 parecer técnico elaborado pela consultoria, destacando que a maior parte da análise se
147 concentrou na gestora responsável pelo fundo, e não propriamente nas características do
148 veículo de investimento. Informou que a consultoria apontou preocupação com o fato de a
149 gestora possuir quantidade significativa de fundos classificados como estressados em sua
150 carteira, entendendo que essa circunstância poderia representar risco reputacional para o
151 Instituto. Esclareceu que o parecer também mencionou fragilidades relacionadas à estrutura
152 de governança da gestora, cuja administração se concentrava essencialmente no Sr. Eduardo

153 Pigossi e no Sr. Rogério Pereira Maciel, além de destacar elevada concentração de
154 investimentos de Regimes Próprios de Previdência Social sob sua gestão. Diante do parecer
155 técnico apresentado, os membros deliberaram, por unanimidade, pela continuidade da
156 instrução da matéria, mediante: (i) nova solicitação de informações à Consultoria LDB/i9,
157 em escopo ampliado que não se restrinja à análise da gestora, contemplando também a
158 avaliação técnica do veículo de investimento em si, sua estrutura, ativos-alvo, histórico de
159 rentabilidade, riscos específicos, liquidez, custos e comparativos de mercado; e (ii) realização
160 de diligências suplementares pelo Comitê de Investimentos e pela área técnica da Autarquia,
161 incluindo, se necessário, visita presencial à gestora, entrevistas com cotistas institucionais e
162 coleta de informações públicas adicionais, com o objetivo de subsidiar futura deliberação em
163 bases mais robustas, observados os requisitos da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da
164 Política de Investimentos vigente. Patrícia Nato Toninato Bartolomei acrescentou que a
165 consultoria apresentou também um panorama dos fundos administrados pela gestora,
166 compostos predominantemente por fundos imobiliários, FIDC e alguns fundos de renda
167 fixa, reforçando que a conclusão do parecer se fundamentou principalmente na avaliação da
168 gestora. Ato contínuo, Patrícia Nato Toninato Bartolomei passou ao item da pauta referente
169 ao atendimento da consultoria de investimentos. Informou que, tradicionalmente, esse
170 atendimento ocorria na primeira reunião de cada mês e que, considerando ainda haver alguns
171 minutos antes do ingresso dos representantes da consultoria, aproveitaria o intervalo para
172 antecipar alguns assuntos relacionados ao tema. Recordou que, na reunião anterior, a
173 consultoria havia manifestado interesse em apresentar estudos sobre a modalidade de
174 empréstimos consignados. Explicou que o tema também estava relacionado ao requerimento
175 apresentado pelo vereador Jean Dornellas, no qual foi solicitada a realização de estudos
176 voltados ao incentivo da oferta de crédito consignado em condições mais vantajosas para os
177 segurados do Instituto. Informou que, diante dessa manifestação, o Comitê também
178 precisava elaborar resposta fundamentada ao requerimento, razão pela qual a consultoria
179 havia sido convidada a apresentar suas análises sobre o assunto. Não havendo manifestações
180 adicionais por parte dos membros do Comitê, Patrícia Nato Toninato Bartolomei autorizou
181 o ingresso dos representantes da consultoria na reunião. **Participaram da reunião os Srs.**
182 **Ronaldo Oliveira e Jordanno Santos da LDB Consultoria/i9 Advisory, Joel La Banca**
183 **e Robert Rittscher da Galápagos, e Felipe Kheirallah e Heitor Nunes da Orquess,** que
184 representavam a consultoria e as empresas parceiras envolvidas na apresentação da solução
185 para operacionalização de empréstimos consignados. Após os cumprimentos iniciais, Patrícia
186 Nato Toninato Bartolomei recordou que, na reunião anterior, a consultoria havia
187 mencionado a intenção de apresentar uma solução relacionada à modalidade de empréstimos
188 consignados. Destacou que o tema estava sendo analisado pelo Comitê em razão da
189 necessidade de avaliar alternativas que pudessem oferecer crédito em condições mais
190 vantajosas aos segurados do Instituto e solicitou que a consultoria apresentasse seu

191 entendimento e as propostas desenvolvidas sobre o assunto. Em resposta, o Sr. Ronaldo
192 Oliveira iniciou a apresentação esclarecendo que a modalidade de empréstimo consignado
193 constituía, independentemente do cenário econômico, uma classe de ativos tradicionalmente
194 considerada adequada para compor carteiras de investimentos de Regimes Próprios de
195 Previdência Social. Recordou que, desde a autorização normativa introduzida pela Emenda
196 Constitucional nº 103/2019, diversas empresas haviam procurado os regimes próprios
197 oferecendo soluções para esse segmento, porém ressaltou que a consultoria nunca havia
198 identificado proposta que proporcionasse segurança suficiente para ser recomendada aos
199 seus clientes. O Sr. Ronaldo Oliveira informou que, recentemente, a consultoria conheceu a
200 solução desenvolvida pela empresa Orquess, a qual já mantinha relacionamento operacional
201 com a Galápagos Holding, tendo considerado a proposta tecnicamente consistente e
202 aderente às necessidades dos Regimes Próprios de Previdência Social. Esclareceu que o
203 objetivo da reunião era apresentar essa solução tecnológica, desenvolvida especificamente
204 para operacionalizar a concessão e a gestão de empréstimos consignados, ressaltando que o
205 Instituto seria o primeiro Regime Próprio de Previdência Social a conhecer formalmente o
206 projeto. Acrescentou que outras apresentações já estavam agendadas junto a diferentes
207 institutos de previdência e que a finalidade daquele encontro consistia em apresentar o
208 funcionamento da solução, esclarecer dúvidas e colher impressões dos membros do Comitê.
209 Em seguida, o Sr. Felipe Kheirallah apresentou um panorama institucional da Orquess.
210 Informou que a empresa surgiu a partir da experiência adquirida em projetos voltados ao
211 mercado de crédito consignado, tanto público quanto privado, identificando elevado grau de
212 desorganização operacional nesse segmento. Prosseguindo, o Sr. Felipe Kheirallah explicou
213 que a solução tecnológica contemplava toda a jornada do cliente, permitindo tanto a atuação
214 dos originadores quanto a realização de autoatendimento pelos próprios tomadores do
215 crédito por meio de plataforma digital. Informou que o sistema incorporava ferramentas
216 automatizadas de atendimento, acompanhamento das solicitações, verificação documental e
217 gestão da carteira após a concessão do crédito. Ressaltou ainda que a empresa já possuía
218 integração operacional com os principais sistemas utilizados na gestão de consignados,
219 incluindo os sistemas da Dataprev, conferindo maior segurança e eficiência ao processo. Na
220 sequência, o Sr. Joel La Banca apresentou a experiência da Galápagos Holding no segmento
221 de crédito consignado. Informou que a instituição atuava há vários anos na estruturação e
222 financiamento de operações de consignado em diferentes esferas governamentais,
223 abrangendo operações federais, estaduais, municipais e, mais recentemente, o consignado
224 privado destinado aos trabalhadores regidos pela CLT. O Sr. Joel La Banca ressaltou que o
225 principal desafio desse mercado consistia no elevado volume de operações pulverizadas,
226 exigindo robusta estrutura tecnológica para controle da originação, da concessão, da
227 liquidação das parcelas e do acompanhamento permanente da carteira. Informou que, diante
228 dessas necessidades, a Galápagos Holding estabeleceu parceria com a Orquess para utilização

229 da plataforma tecnológica desenvolvida pela empresa, empregando-a atualmente na
230 administração de seus próprios fundos de investimento. Acrescentou que, diante da
231 provocação apresentada pela consultoria, identificou-se a possibilidade de disponibilizar essa
232 mesma solução tecnológica aos Regimes Próprios de Previdência Social interessados em
233 operar programas próprios de empréstimos consignados, permitindo que essas entidades
234 oferecessem esse benefício aos seus segurados sem necessidade de desenvolver estrutura
235 operacional própria. Complementando a apresentação, o Sr. Ronaldo Oliveira destacou que
236 uma das principais preocupações manifestadas historicamente pelos Regimes Próprios de
237 Previdência Social dizia respeito à necessidade de assumir atividades típicas de instituições
238 financeiras, transformando-se, na prática, em estruturas responsáveis pela operacionalização
239 bancária dos empréstimos. Ressaltou que as equipes dos institutos normalmente eram
240 reduzidas e já possuíam diversas atribuições administrativas, razão pela qual sempre existiu
241 receio quanto à complexidade operacional dessa modalidade de investimento. Informou que
242 justamente esse problema motivou o desenvolvimento da solução tecnológica que seria
243 apresentada na sequência, destinada a automatizar praticamente toda a operação e reduzir
244 significativamente a necessidade de atuação direta das equipes dos institutos. O Sr. Heitor
245 Nunes iniciou a demonstração prática da plataforma desenvolvida para a operacionalização
246 dos empréstimos consignados. Explicou que a demonstração apresentava um fluxo
247 completo de contratação, desde o acesso inicial até a liberação do crédito, ressaltando tratar-
248 se de ambiente de simulação, cuja configuração poderia ser integralmente adaptada às
249 necessidades do Instituto. Informou que toda a interface era desenvolvida em modelo *white*
250 *label*, permitindo a personalização da identidade visual, da experiência do usuário e da forma
251 de integração com os sistemas eventualmente já utilizados pelo Regime Próprio de
252 Previdência Social. O Sr. Heitor Nunes apresentou o fluxo inicial de autenticação do
253 segurado, esclarecendo que o acesso seria realizado mediante a inserção do CPF e da data de
254 nascimento. Informou que, uma vez confirmados os dados cadastrais existentes na base do
255 Instituto, o sistema enviaria automaticamente um código de autenticação em dois fatores,
256 que poderia ser encaminhado por e-mail, SMS ou aplicativo de mensagens, dispensando a
257 necessidade de criação de usuário e senha específicos. Explicou que, após a autenticação, o
258 sistema identificaria automaticamente se o segurado já possuía contratos ativos ou se estaria
259 realizando uma nova solicitação de crédito. O Sr. Joel La Banca complementou a
260 apresentação esclarecendo que todas as informações relativas aos limites de crédito, margens
261 consignáveis, taxas de juros e demais parâmetros seriam previamente definidos em conjunto
262 entre a equipe técnica da plataforma e o Instituto, observando integralmente a legislação
263 aplicável. Ressaltou que essas regras seriam parametrizadas antecipadamente, permitindo
264 que, ao acessar o sistema, o segurado já visualizasse automaticamente os valores disponíveis
265 para contratação conforme sua situação individual. Na sequência, o Sr. Heitor Nunes
266 explicou que a plataforma trabalhava com o conceito de margem consignável disponível,

267 demonstrando, por meio de um exemplo, que o sistema apresentava ao segurado o valor
268 máximo de crédito que poderia ser contratado em função de sua margem mensal e do prazo
269 escolhido para amortização. Informou que, caso o valor solicitado ultrapassasse o limite
270 permitido, o sistema impediria automaticamente o prosseguimento da operação, indicando
271 ao usuário a necessidade de ajustar o valor solicitado ou ampliar o número de parcelas até
272 que a prestação se enquadrasse na margem consignável disponível. O Sr. Heitor Nunes
273 esclareceu que, após a simulação do crédito, o sistema poderia executar automaticamente
274 uma etapa de pré-avaliação, cuja configuração dependeria das regras estabelecidas pelo
275 Instituto. Informou que essa esteira de crédito era modular, permitindo a inclusão ou
276 exclusão de diferentes etapas de validação, análise cadastral ou verificação documental,
277 conforme a necessidade do projeto. Acrescentou que o sistema também apresentava ao
278 segurado todos os detalhes da operação antes da confirmação da contratação, incluindo taxa
279 de juros, prazo, valor financiado e demais condições da operação. Nesse momento, Adriano
280 Antônio Pazianoto questionou se as informações utilizadas para definição das condições do
281 empréstimo seriam exclusivamente provenientes da base de dados do Instituto ou se
282 também seriam consultadas bases externas de informações de crédito. Em resposta, o Sr.
283 Felipe Kheirallah informou que o cálculo da margem consignável seria realizado
284 exclusivamente com base nos dados fornecidos pelo Instituto, enquanto eventuais consultas
285 externas poderiam ser incorporadas apenas se essa fosse a política de crédito definida
286 conjuntamente entre as partes. Dando sequência aos esclarecimentos, Adriano Antônio
287 Pazianoto perguntou se seria possível estabelecer taxas diferenciadas conforme a situação
288 cadastral do segurado, como eventual restrição em órgãos de proteção ao crédito, ou se
289 todos os participantes receberiam as mesmas condições. O Sr. Joel La Banca respondeu que
290 essa definição dependeria exclusivamente da política de crédito a ser estabelecida pelo
291 Instituto, esclarecendo que seria possível tanto adotar uma taxa única para todos os
292 segurados quanto criar critérios diferenciados por perfil de risco, score de crédito, faixa
293 etária, cargo ou outros parâmetros previamente definidos. Acrescentou que o sistema
294 permitia ainda limitar automaticamente o prazo máximo das operações em função da idade
295 do segurado, caso essa regra fosse adotada pelo Instituto. Na sequência, Adriano Antônio
296 Pazianoto indagou se as informações de *score* de crédito poderiam ser obtidas
297 automaticamente pelo sistema. O Sr. Joel La Banca respondeu afirmativamente, informando
298 que a plataforma possuía capacidade de integração com serviços especializados para
299 obtenção dessas informações. Complementando a resposta, o Sr. Felipe Kheirallah explicou
300 que toda a arquitetura tecnológica havia sido desenvolvida em modelo de microsserviços,
301 permitindo integrar diferentes fornecedores de serviços, como plataformas de assinatura
302 eletrônica, biometria facial, validação documental e bureaus de crédito, de acordo com a
303 necessidade e preferência do Instituto. Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei
304 informou que o Instituto atualmente realizava o controle das margens consignáveis por meio

305 da plataforma Consignet, responsável pela gestão das margens dos servidores. Em resposta,
306 o Sr. Felipe Kheirallah esclareceu que a solução apresentada poderia integrar-se ao Consignet
307 por intermédio do próprio Instituto, realizando consultas automáticas às margens
308 disponíveis, bem como efetuando posteriormente as conciliações necessárias para
309 processamento dos descontos e acompanhamento das operações. Prosseguindo com a
310 demonstração, o Sr. Heitor Nunes apresentou a etapa de confirmação da proposta,
311 explicando que, por questões de segurança, recomendava-se que o crédito fosse depositado
312 preferencialmente em conta bancária previamente cadastrada e conhecida pelo Instituto,
313 reduzindo significativamente os riscos de fraude. O Sr. Felipe Kheirallah reforçou essa
314 recomendação, destacando que a utilização de contas previamente validadas constituía
315 importante mecanismo adicional de segurança. Nesse momento, Adriano Antônio Pazianoto
316 questionou se a plataforma permitia realizar depósitos diretamente em contas-salário. O Sr.
317 Felipe Kheirallah respondeu afirmativamente, esclarecendo que a operacionalização dos
318 pagamentos poderia ocorrer independentemente do tipo de conta bancária utilizada pelo
319 segurado. Na sequência, o Sr. Heitor Nunes apresentou o fluxo de acompanhamento da
320 proposta após sua confirmação pelo segurado. Explicou que o sistema informava, em tempo
321 real, o estágio em que se encontrava cada solicitação, incluindo as etapas de análise, validação
322 biométrica, prevenção a fraudes, solicitação de desembolso e efetiva liberação do crédito.
323 Informou ainda que, após a contratação, o segurado teria acesso a ambiente de
324 autoatendimento, onde poderia acompanhar seus contratos ativos, consultar parcelas pagas e
325 vincendas, além de simular antecipações de parcelas mediante geração automática de boleto
326 ou QR Code Pix. O Sr. Felipe Kheirallah ressaltou que um dos principais objetivos da
327 plataforma consistia justamente em proporcionar ao segurado amplo nível de
328 autoatendimento, reduzindo significativamente a necessidade de contato com a equipe do
329 Instituto para obtenção de informações sobre contratos e parcelas. Complementando as
330 explicações, o Sr. Joel La Banca afirmou que a solução havia sido concebida para minimizar a
331 necessidade de estrutura operacional interna por parte do Regime Próprio de Previdência
332 Social, concentrando praticamente toda a gestão operacional dentro da própria plataforma,
333 ao mesmo tempo em que disponibilizava ao Instituto painéis gerenciais para
334 acompanhamento da evolução da carteira, dos contratos concedidos e dos indicadores
335 operacionais. Nesse momento, Mário José Piccarelli de Castro questionou o significado da
336 plataforma denominada "Único". Em resposta, o Sr. Heitor Nunes explicou que se tratava
337 de solução especializada em prevenção a fraudes, responsável pela validação biométrica facial
338 dos contratantes, utilizando ampla base de dados para confirmar que a pessoa responsável
339 pela contratação correspondia efetivamente ao titular do CPF informado. O Sr. Joel La
340 Banca complementou a resposta informando que a plataforma era amplamente utilizada por
341 instituições financeiras, bancos e fintechs, sendo considerada uma das principais referências
342 do mercado para validação biométrica e prevenção de fraudes. Na sequência, Mário José

343 Piccarelli de Castro perguntou se a contratação dessa solução dependeria de contrato
344 específico ou se já estaria contemplada na plataforma apresentada. O Sr. Felipe Kheirallah
345 respondeu que a utilização de alguma ferramenta de validação biométrica era fortemente
346 recomendada, embora não necessariamente precisasse ser a plataforma Único, ressaltando
347 que o custo desse tipo de validação era reduzido, correspondente a poucos centavos por
348 operação, e que seu emprego aumentava significativamente a segurança jurídica e operacional
349 do projeto. Em seguida, Adriano Antônio Pazianoto questionou sobre a possibilidade de
350 utilização da autenticação disponibilizada pelo Gov.br para essa finalidade. O Sr. Felipe
351 Kheirallah informou que desconhecia a existência de interface pública que permitisse esse
352 tipo de integração automática, esclarecendo que normalmente esse serviço era realizado por
353 empresas especializadas em validação biométrica e identidade digital. O Comitê registrou que
354 a viabilidade de utilização de mecanismos oficiais do Gov.br, notadamente o serviço de
355 identificação digital e o assinador eletrônico integrado à ICP-Brasil, deverá ser objeto de
356 verificação técnica específica em eventual estudo de viabilidade, dada a existência de
357 arquitetura pública já disponível e a economicidade decorrente do uso de infraestrutura
358 estatal em substituição a serviços privados equivalentes. Na sequência, Mário José Piccarelli
359 de Castro esclareceu que o Instituto ainda não operava empréstimos consignados
360 diretamente, realizando apenas o controle das margens utilizadas pelas instituições
361 financeiras atualmente conveniadas. Em resposta, o Sr. Felipe Kheirallah informou que seria
362 realizada pesquisa de mercado para contratação da solução de validação biométrica mais
363 adequada, observando que, em razão de toda a base de dados permanecer sob controle do
364 próprio Instituto, o processo apresentaria elevado nível de segurança. Por fim, Mário José
365 Piccarelli de Castro observou que a adoção desse tipo de validação se tornara praticamente
366 obrigatória diante dos recentes episódios envolvendo fraudes em operações consignadas,
367 especialmente após os acontecimentos relacionados ao Instituto Nacional do Seguro Social
368 (INSS), entendimento com o qual concordaram o Sr. Felipe Kheirallah e o Sr. Joel La Banca,
369 que ressaltaram que tais mecanismos visavam conferir maior segurança às operações e evitar
370 futuras contestações quanto à autenticidade das contratações. O Sr. Ronaldo Oliveira
371 comentou que, em razão de recentes orientações expedidas pelos órgãos de controle,
372 especialmente pelo Tribunal de Contas, diversos Regimes Próprios de Previdência Social
373 foram instados a comprovar formalmente a manifestação de vontade dos segurados nas
374 operações realizadas por meio eletrônico. Na sequência, o Sr. Heitor Nunes retomou a
375 demonstração da plataforma e explicou que toda a esteira de concessão de crédito era
376 estruturada de forma modular, permitindo que cada etapa de validação funcionasse como um
377 componente independente dentro do fluxo operacional. Informou que o sistema registrava
378 integralmente os dados enviados para cada etapa, bem como as respectivas respostas
379 retornadas pelos serviços integrados, assegurando completa rastreabilidade de todas as
380 validações realizadas durante o processo. Nesse momento, o Sr. Ronaldo Oliveira ressaltou

381 que esse aspecto possuía especial relevância para os Regimes Próprios de Previdência Social,
382 uma vez que toda a tramitação da operação permanecia documentada. Destacou que cada
383 etapa da concessão era registrada individualmente, permitindo, inclusive, a geração de
384 registros (logs) contendo todas as interações ocorridas desde o início até a conclusão da
385 operação, possibilitando eventual comprovação perante auditorias ou órgãos de controle. Na
386 sequência, o Sr. Heitor Nunes apresentou o módulo de gestão da carteira de crédito,
387 explicando que, após a efetiva concessão do empréstimo, o sistema disponibilizava ao
388 Instituto todas as informações relevantes sobre cada contrato, incluindo resumo da
389 operação, parcelas, saldo devedor e demais dados necessários ao acompanhamento da
390 carteira. Informou ainda que o atendente do Instituto poderia, diretamente pelo sistema
391 administrativo, emitir boletos ou QR Codes Pix para antecipação de parcelas, funcionalidade
392 idêntica à disponibilizada ao próprio segurado em seu ambiente de autoatendimento. O Sr.
393 Joel La Banca acrescentou que a plataforma também permitiria disponibilizar todas as
394 informações necessárias para fins contábeis, gerenciais e de prestação de contas, incluindo
395 relatórios de carteira, posição dos contratos, saldo devedor e demais informações exigidas
396 para consolidação dos registros do Instituto. Em seguida, Wilclem de Lazari Araújo
397 apresentou preocupação relacionada aos aspectos jurídicos posteriores à concessão do
398 crédito. Destacou que, embora a plataforma fornecesse suporte durante a fase de
399 contratação, poderiam surgir posteriormente demandas judiciais, ações revisionais, execuções
400 ou procedimentos de cobrança, questionando se a estrutura apresentada contemplaria
401 suporte nessas situações ou se tais responsabilidades permaneceriam integralmente sob
402 responsabilidade do Instituto. O Sr. Ronaldo Oliveira complementou a indagação
403 questionando se eventual recuperação judicial dos créditos seria conduzida pela Procuradoria
404 do Município ou pela própria estrutura jurídica do Regime Próprio de Previdência Social.
405 Em resposta, Wilclem de Lazari Araújo esclareceu que o Instituto possuía departamento
406 jurídico próprio, atualmente bastante enxuto em relação às demandas existentes, ressaltando
407 que eventual implementação dessa modalidade de investimento provavelmente exigiria
408 reestruturação da área jurídica, circunstância que também deveria ser considerada na análise
409 de viabilidade do projeto. Em resposta aos questionamentos, o Sr. Felipe Kheirallah
410 esclareceu que, por se tratar de crédito consignado, a maior preocupação jurídica
411 concentrava-se na comprovação da regularidade da contratação, razão pela qual a plataforma
412 capturava diversas evidências ao longo do processo, como geolocalização, validações
413 biométricas, registros documentais e demais elementos destinados a demonstrar a
414 autenticidade da manifestação de vontade do contratante. Acrescentou que essas
415 informações forneceriam subsídios relevantes para eventual defesa do Instituto em futuras
416 contestações. Não obstante, Wilclem de Lazari Araújo observou que sua preocupação estava
417 voltada especificamente às demandas judiciais decorrentes da cobrança de contratos
418 inadimplidos ou de outras ocorrências posteriores à contratação. Em resposta, o Sr. Joel La

419 Banca esclareceu que tais situações seriam relativamente pouco frequentes em operações
420 consignadas, mas poderiam ocorrer em casos de exoneração, perda da margem consignável,
421 falecimento ou outras circunstâncias excepcionais, esclarecendo que, nesses casos, caberia ao
422 Instituto definir se utilizaria sua estrutura jurídica própria ou escritórios especializados
423 eventualmente indicados pelos parceiros. Complementando a resposta, o Sr. Felipe
424 Kheirallah informou que, sempre que possível, a equipe responsável pela plataforma
425 auxiliaria operacionalmente o Instituto, inclusive no acionamento de eventual seguro
426 prestamista, buscando reduzir a carga de trabalho da equipe interna. Ressaltou, contudo, que
427 a análise da necessidade de eventual reforço da estrutura administrativa e jurídica do Instituto
428 deveria integrar os estudos de viabilidade do projeto. Na sequência, Wilclem de Lazari
429 Araújo ponderou que, embora o número inicial de operações provavelmente fosse reduzido,
430 a tendência seria de crescimento gradual da carteira, circunstância que poderia ampliar
431 proporcionalmente a demanda administrativa e jurídica ao longo do tempo. Destacou que,
432 justamente por se tratar de Regime Próprio de Previdência Social de grande porte, seria
433 necessário considerar cuidadosamente esses impactos antes da implementação da operação,
434 registrando que o sistema apresentado demonstrava elevado nível técnico, mas que ainda
435 seria necessária análise estrutural mais aprofundada, inclusive com apoio da consultoria de
436 investimentos. Em seguida, Adriano Antônio Pazianoto observou que, até aquele momento
437 da apresentação, ainda não havia sido esclarecida a forma de remuneração da empresa
438 responsável pela plataforma. Em resposta, o Sr. Ronaldo Oliveira informou que essa
439 remuneração integraria a composição da taxa efetiva da operação, sendo incorporada aos
440 demais custos do empréstimo de forma expressa e transparente, observadas todas as
441 disposições legais aplicáveis. Explicou que seria possível discriminar individualmente cada
442 componente da taxa, incluindo remuneração da plataforma, seguro prestamista, fundo de
443 oscilação de risco e demais custos envolvidos na operação. Complementando a resposta, o
444 Sr. Joel La Banca esclareceu que a remuneração da plataforma seria suportada pelo próprio
445 tomador do crédito, mediante composição da taxa da operação, não havendo desembolso
446 direto por parte do Regime Próprio de Previdência Social. Na sequência, Patrícia Nato
447 Toninato Bartolomei questionou qual seria, em média, o custo correspondente à
448 remuneração da plataforma. O Sr. Joel La Banca respondeu que esse percentual variava
449 conforme as características da operação e dos agentes participantes, informando que, no
450 mercado, as taxas de crédito consignado municipal normalmente situavam-se entre
451 aproximadamente 2% e 4% ao mês. Ressaltou, entretanto, que o propósito da operação
452 proposta consistia justamente em oferecer aos segurados condições significativamente mais
453 vantajosas do que aquelas atualmente disponíveis no mercado, permitindo reduzir
454 substancialmente o custo efetivo total das operações sem comprometer a rentabilidade
455 esperada pelo Instituto. Por fim, o Sr. Ronaldo Oliveira destacou que a estrutura também
456 permitiria realizar operações de portabilidade ou liquidação de empréstimos já existentes.

457 Explicou que, mediante apuração do valor presente dos saldos devedores mantidos pelo
458 segurado junto a outras instituições financeiras, seria possível conceder novo empréstimo
459 destinado à quitação das operações anteriores, consolidando a dívida em única operação
460 junto ao Instituto, desde que observadas todas as regras legais e a capacidade de pagamento
461 do segurado. O Sr. Joel La Banca esclareceu que a expectativa era de que, considerando que
462 grande parte dos servidores já possuía operações de crédito consignado contratadas junto a
463 instituições financeiras com custos mais elevados, a disponibilização dessa modalidade de
464 crédito pelo RPPS, a taxas inferiores, incentivaria a migração dessas operações para o Regime
465 Próprio. Explicou que essa substituição permitiria a quitação de dívidas mais onerosas,
466 reduzindo o comprometimento da renda mensal dos servidores. Destacou que o processo,
467 conhecido como recompra de consignado ou portabilidade de operações, proporcionaria
468 alívio financeiro ao servidor, especialmente em contratos de prazo mais longo. Patrícia Nato
469 Toninato Bartolomei questionou se todo o processo de quitação das operações existentes
470 seria realizado pelo sistema. O Sr. Felipe Kheirallah respondeu que a plataforma já permitia a
471 execução integral desse procedimento, sendo necessária apenas a definição de uma conta
472 operacional para realização das transferências financeiras destinadas à quitação das dívidas
473 existentes e ao repasse do saldo remanescente ao servidor, podendo essa estrutura ser
474 viabilizada mediante parceria com instituição financeira. Na sequência, Patrícia Nato
475 Toninato Bartolomei questionou como ficariam alocados os recursos destinados à carteira de
476 empréstimos consignados, considerando, por hipótese, uma alocação inicial de 1% do
477 patrimônio líquido. O Sr. Ronaldo Oliveira respondeu que esses recursos poderiam
478 permanecer aplicados em ativos de elevada liquidez e baixo risco de crédito,
479 preferencialmente atrelados à taxa Selic, permanecendo rentabilizados até sua utilização.
480 Acrescentou que seria recomendável manter conta específica para essa finalidade e que o
481 percentual destinado à carteira deveria ser previamente definido na Política de
482 Investimentos. Ressaltou que, embora a regulamentação permitisse alocação de até 10% do
483 patrimônio líquido para RPPS de Nível IV, seria prudente iniciar com percentual reduzido,
484 ampliando-o gradualmente conforme a evolução da operação. Informou ainda que seria
485 possível realizar estudos atuariais específicos para estimar a capacidade adequada de alocação
486 de recursos destinados aos empréstimos. Patrícia Nato Toninato Bartolomei observou que o
487 sistema representava apenas a etapa final do processo, sendo necessária, anteriormente, a
488 realização de estudos técnicos para definição da viabilidade da operação. Questionou, ainda,
489 se os RPPS que já haviam implantado essa modalidade estavam conseguindo atingir suas
490 metas atuariais, relatando que havia pesquisado alguns casos, mas não havia encontrado
491 informações públicas suficientes sobre os resultados. O Sr. Ronaldo Oliveira relatou que
492 outros RPPS enfrentaram dificuldades operacionais em experiências anteriores, relacionadas
493 a lacunas contratuais e ausência de seguro prestamista adequado, situações que reforçam a
494 necessidade de amadurecimento do arcabouço operacional antes de qualquer implantação.

495 Acrescentou que o mercado ainda se encontrava em estágio inicial de desenvolvimento,
496 apesar de a regulamentação já existir há alguns anos, e afirmou que, dentre aproximadamente
497 cem clientes da empresa, não possuía outro caso consolidado para apresentar como
498 referência. Patrícia Nato Toninato Bartolomei observou que havia consultado apresentações
499 de outros RPPS e buscado verificar, por meio de dados públicos, exemplos concretos de
500 sucesso, porém não encontrou informações suficientes que permitissem comprovar os
501 resultados apresentados. O Sr. Jordanno Santos esclareceu que os principais casos
502 consolidados de sucesso encontravam-se nos fundos de pensão, onde a carteira de
503 empréstimos já era utilizada há mais tempo. Explicou que, em cenários de juros mais baixos,
504 essa modalidade frequentemente se tornava um dos principais motores de rentabilidade
505 dessas entidades, combinando baixo risco de crédito com taxas atrativas. Ressaltou, contudo,
506 que mesmo nos fundos de pensão essa classe de ativos ainda representava pequena parcela
507 do patrimônio, apesar da possibilidade regulatória de alocação de até 15%, sendo a média de
508 mercado inferior a 2%. Patrícia Nato Toninato Bartolomei ponderou que, diante das
509 elevadas taxas atualmente oferecidas pelos títulos públicos federais indexados à inflação,
510 permanecia a dúvida sobre a conveniência de direcionar recursos para uma modalidade que
511 exigiria maior estrutura operacional e risco. O Sr. Ronaldo Oliveira concordou que a
512 observação era pertinente. O Sr. Jordanno Santos complementou que, além da rentabilidade
513 financeira, o empréstimo consignado cumpria importante função social ao possibilitar o
514 desendividamento dos participantes. Explicou que o objetivo da proposta consistia
515 justamente em reduzir a carga operacional da entidade, tornando essa modalidade mais
516 eficiente e conciliando retorno financeiro com benefícios sociais aos segurados. Ressaltou,
517 entretanto, que, no cenário atual de juros elevados, a comparação direta com os títulos
518 públicos favorecia estes últimos, embora, em ambientes de juros estruturalmente menores, o
519 empréstimo consignado pudesse assumir papel relevante na carteira. Patrícia Nato Toninato
520 Bartolomei reconheceu que, dentre os sistemas apresentados até o momento, a solução
521 demonstrada aparentava ser a mais estruturada sob o ponto de vista operacional, embora
522 pudesse demandar ajustes específicos à realidade do RPPS. Destacou, contudo, que o
523 benefício social somente seria efetivo caso viesse acompanhado de ações consistentes de
524 educação financeira, pois, na ausência desse trabalho, o servidor poderia apenas substituir
525 um endividamento mais caro por outro mais barato, sem efetivamente reduzir seu nível de
526 endividamento. Wilclem de Lazari Araújo questionou se existiria algum custo mínimo mensal
527 para o RPPS em razão da contratação da plataforma, independentemente do volume de
528 operações realizadas. O Sr. Ronaldo Oliveira respondeu que o objetivo seria estruturar o
529 projeto de forma que não houvesse qualquer ônus financeiro direto para o RPPS, sendo toda
530 a remuneração incorporada ao custo efetivo total das operações de crédito suportadas pelos
531 tomadores dos empréstimos. Ressaltou que qualquer despesa direta imposta ao Regime
532 Próprio exigiria justificativas administrativas e legais, razão pela qual a proposta buscava

assegurar custo zero para a autarquia. Na sequência, Adriano Antônio Pazianoto observou que, ainda que não existisse custo direto para o RPPS, a contratação de uma plataforma tecnológica demandaria formalização de contrato administrativo, o qual deveria ser precedido do respectivo procedimento licitatório ou outra modalidade legalmente cabível, considerando a existência de potenciais fornecedores no mercado. O Sr. Ronaldo Oliveira ponderou que, sob a ótica do RPPS, não haveria custo operacional direto, uma vez que toda a remuneração seria suportada pelos tomadores dos empréstimos por meio do custo efetivo total das operações. Propôs, entretanto, uma reflexão acerca da possibilidade de enquadramento jurídico da contratação, mencionando, como hipótese, eventual inexigibilidade de licitação em razão da capacidade técnica ou singularidade da solução, deixando claro que se tratava apenas de um debate preliminar. Adriano Antônio Pazianoto reiterou que, independentemente da inexistência de custo direto para a autarquia, a celebração de contrato administrativo exigiria fundamento jurídico adequado e critério objetivo de seleção da empresa contratada. O Sr. Ronaldo Oliveira prosseguiu debatendo as possibilidades jurídicas da contratação e questionou Patrícia Nato Toninato Bartolomei sobre a contratação da atual instituição custodiante dos ativos financeiros. Patrícia Nato Toninato Bartolomei respondeu que atualmente a XP prestava esse serviço sem custo direto para a autarquia, mas que sua contratação havia sido precedida de procedimento administrativo específico. Mário José Piccarelli de Castro complementou informando que a contratação havia sido realizada mediante processo licitatório. Wilclem de Lazari Araújo esclareceu que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo exigia procedimento formal mesmo nas contratações sem custo direto para o RPPS, desde que existisse remuneração indireta da empresa prestadora do serviço. Explicou que, havendo concorrência entre empresas aptas a prestar o mesmo serviço, a Administração Pública deveria justificar objetivamente a escolha da contratada, podendo recorrer à inexigibilidade apenas quando demonstrada efetiva singularidade da solução ou inviabilidade de competição. O Sr. Ronaldo Oliveira afirmou ter compreendido o apontamento, reconhecendo que a principal questão não residia na existência ou não de custo direto para o RPPS, mas sim na necessidade de formalização adequada do procedimento administrativo de contratação, com a elaboração de termo de referência e demais documentos que demonstrassem objetivamente o atendimento dos requisitos técnicos exigidos. Diante do exposto, o Comitê consignou expressamente que qualquer contratação futura de plataforma tecnológica destinada à operacionalização de empréstimos consignados observará obrigatoriamente o disposto na Lei nº 14.133/2021, na jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e nas diretrizes internas de contratação da Autarquia, independentemente da existência ou não de ônus financeiro direto ao RPPS, ficando afastada, neste momento, qualquer hipótese de contratação por inexigibilidade sem prévia demonstração formal dos requisitos legais aplicáveis. Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei questionou se a empresa Orquess já atuava

571 junto a algum RPPS. O Sr. Ronaldo Oliveira respondeu que ainda não existia nenhuma
572 implantação em andamento, esclarecendo que aquela reunião representava uma das primeiras
573 etapas de construção conjunta do projeto. Acrescentou que a intenção da empresa era
574 desenvolver a solução considerando as contribuições apresentadas pelo Comitê de
575 Investimentos, permitindo que a plataforma fosse continuamente aprimorada e customizada
576 às necessidades específicas dos regimes próprios de previdência social. Prosseguindo a
577 discussão, Mário José Piccarelli de Castro questionou como seria tratada a compatibilidade
578 entre a taxa de juros praticada nos empréstimos e o cumprimento da meta atuarial,
579 especialmente em cenários futuros de elevação da inflação ou das taxas de juros. O Sr.
580 Ronaldo Oliveira solicitou que o Sr. Jordanno Santos apresentasse esclarecimentos técnicos
581 sobre a precificação da operação. O Sr. Jordanno Santos explicou que as operações poderiam
582 ser estruturadas tanto com taxas prefixadas quanto indexadas à inflação, ressaltando que o
583 mais importante seria garantir, no momento da concessão, taxa compatível com a meta
584 atuarial, incorporando margens de segurança suficientes para absorver eventuais oscilações
585 inflacionárias. Acrescentou que o principal cuidado consistia em assegurar que, no momento
586 da contratação, a taxa praticada permanecesse acima da meta atuarial vigente. O Sr. Ronaldo
587 Oliveira complementou que seria recomendável solicitar estudo técnico específico à
588 consultoria especializada, avaliando a conveniência da implantação da carteira de
589 empréstimos consignados, seus impactos sobre o portfólio de investimentos e as diferentes
590 possibilidades de precificação da operação. O Sr. Jordanno Santos acrescentou que seria
591 possível utilizar diferentes metodologias de indexação, mas reforçou a necessidade de
592 adequada avaliação dos riscos envolvidos desde o início da operação. O Sr. Joel La Banca
593 explicou que, na prática, o mercado de crédito consignado operava predominantemente com
594 taxas prefixadas, evitando problemas relacionados à margem consignável dos tomadores em
595 cenários de inflação elevada. Acrescentou que outra alternativa para mitigação de riscos seria
596 limitar o prazo das operações, reduzindo a exposição da carteira a oscilações econômicas de
597 longo prazo. Patrícia Nato Toninato Bartolomei observou que operações indexadas à
598 inflação poderiam deixar de representar vantagem ao servidor em determinados cenários,
599 reduzindo o benefício pretendido pela modalidade. O Sr. Jordanno Santos concordou,
600 ressaltando que a definição dos prazos máximos de financiamento constituía importante
601 instrumento de gestão de risco, podendo variar conforme idade do participante e demais
602 critérios definidos na futura política de crédito. O Sr. Joel La Banca acrescentou que a
603 utilização de operações indexadas à inflação poderia gerar descasamentos decorrentes da
604 utilização da margem consignável em outras instituições financeiras, razão pela qual
605 considerava mais prudente a adoção de taxas prefixadas. O Sr. Ronaldo Oliveira concluiu
606 que todos esses critérios deveriam ser formalizados na futura política de crédito a ser
607 construída conjuntamente entre as partes. Na sequência, Mário José Piccarelli de Castro
608 questionou os impactos contábeis da constituição da carteira de empréstimos, especialmente

609 quanto à necessidade de previsão orçamentária e segregação dos recursos. O Sr. Jordanno
610 Santos respondeu que, em sua avaliação, não seria necessário reservar previamente os
611 recursos, pois o ativo somente seria registrado contabilmente a partir da efetiva concessão
612 dos empréstimos, mediante transferência do valor correspondente da carteira de renda fixa
613 para a nova classe de ativos representativa da carteira de empréstimos. Mário José Piccarelli
614 de Castro confirmou seu entendimento, mencionando que o valor deixaria de compor as
615 aplicações financeiras e passaria a ser registrado como direito a receber, recebendo
616 concordância do Sr. Jordanno Santos e do Sr. Ronaldo Oliveira. Patrícia Nato Toninato
617 Bartolomei questionou, ainda, se o sistema possuía integração com o CADPREV, o DAIR e
618 os demais módulos relacionados aos registros contábeis dos RPPS. O Sr. Ronaldo Oliveira
619 informou que a empresa já havia iniciado levantamento detalhado de todas as informações
620 exigidas pelo DAIR referentes às operações de empréstimos consignados, com o objetivo de
621 assegurar integração completa do sistema. Acrescentou que a plataforma já possuía módulo
622 contábil desenvolvido para outro RPPS de Nível IV, contemplando registros patrimoniais e
623 geração de layouts para integração automática com os sistemas contábeis da Prefeitura,
624 podendo esse módulo ser apresentado posteriormente à equipe técnica da Riopretoprev. Na
625 sequência, Daniel Henrique Martins Biot questionou se existia alguma taxa média de
626 inadimplência nas operações de crédito consignado para servidores públicos, considerando
627 que, durante a apresentação do sistema, haviam sido demonstrados eventos relacionados a
628 atrasos de pagamento e outras ocorrências dessa natureza. Indagou ainda se existiam
629 referências provenientes da experiência com fundos de pensão ou outras instituições. O Sr.
630 Joel La Banca respondeu que, embora não dispusesse de dados específicos de fundos de
631 pensão, poderia apresentar parâmetros observados no mercado de crédito consignado.
632 Informou que as operações tradicionais de empréstimo consignado para servidores públicos
633 normalmente apresentavam taxas entre 2% e 2,5% ao mês, enquanto as operações realizadas
634 por meio de cartão benefício, cuja utilização dependia da regulamentação de cada ente
635 público, normalmente operavam com taxas entre 5% e 6% ao mês. Em relação à
636 inadimplência, esclareceu que os principais fatores que impactavam a carteira eram
637 falecimentos, alterações na renda decorrentes de separações ou obrigações alimentícias,
638 exonerações e eventuais fraudes. Informou, a título informativo e sem lastro em base pública
639 consolidada, que a experiência de mercado indicaria índice de inadimplência próximo a 0,5%
640 em operações tradicionais de consignado para servidores públicos, ressaltando o próprio
641 expositor a inexistência de estatísticas oficiais divulgadas pelas instituições financeiras e
642 observando que esse percentual poderia variar conforme as características da carteira
643 analisada. Daniel Henrique Martins Biot confirmou o entendimento quanto ao percentual
644 informado e comentou que esse tipo de dado era de difícil obtenção em pesquisas públicas,
645 motivo pelo qual a informação seria útil para subsidiar os estudos de viabilidade conduzidos
646 pela equipe. O Sr. Joel La Banca acrescentou que esses indicadores normalmente não eram

647 divulgados pelas instituições financeiras, razão pela qual não existiam estatísticas
648 consolidadas de acesso público, sendo os valores apresentados baseados na experiência
649 observada em operações tradicionais de crédito consignado. O Sr. Ronaldo Oliveira afirmou
650 que a empresa permanecia à disposição para desenvolver os estudos em conjunto com a
651 autarquia, destacando que o objetivo consistia em construir gradualmente a solução e avaliar
652 sua viabilidade técnica, operacional e financeira. Ressaltou que, mesmo que os estudos
653 concluíssem futuramente pela inviabilidade da implantação, o processo de análise seria
654 importante, especialmente considerando que a legislação já autorizava essa modalidade havia
655 vários anos e que o cenário econômico poderia tornar esse tipo de investimento mais
656 atrativo no futuro. Finalizou afirmando que o propósito era iniciar um trabalho conjunto
657 para amadurecer a proposta. Ao término das discussões, foi finalizada a participação da
658 Consultoria na reunião. Patrícia Nato Toninato Bartolomei deu continuidade aos trabalhos,
659 passando à análise e **elaboração de manifestação sobre o Requerimento nº 724/2026 da**
660 **15ª sessão do ver. Jean Dornellas.** Informou que seria necessária a elaboração de resposta
661 formal, ressaltando que a matéria demandava estudos aprofundados sob os aspectos
662 atuariais, financeiros, jurídicos e operacionais. Destacou que, durante a apresentação,
663 verificou-se que nem mesmo a consultoria possuía casos consolidados de sucesso na
664 implementação da modalidade, inexistindo parâmetros suficientes para embasar eventual
665 decisão. Daniel Henrique Martins Biot observou que essa constatação deveria constar do
666 estudo técnico, registrando que a própria consultoria mencionou que a única experiência
667 conhecida em RPPS apresentou problemas operacionais e ainda não permite mensurar
668 adequadamente a rentabilidade da carteira de empréstimos. Patrícia Nato Toninato
669 Bartolomei acrescentou que a precificação dos ativos e diversos aspectos operacionais ainda
670 careciam de amadurecimento, destacando que o sistema apresentado aparentava possuir boa
671 estrutura, embora ainda necessitasse de adaptações específicas para a realidade da
672 Riopretoprev. Ressaltou que o próprio Sr. Ronaldo Oliveira sugeriu a elaboração de estudo
673 técnico para avaliar a viabilidade do segmento, especialmente diante do atual cenário em que
674 os títulos públicos federais indexados ao IPCA oferecem remuneração elevada, superior à
675 meta atuarial, sem demandar estrutura operacional adicional nem assumir riscos inerentes à
676 concessão de crédito. Acrescentou que a eventual implantação da modalidade também
677 implicaria aumento das demandas administrativas, jurídicas e de atendimento aos segurados,
678 além da necessidade de definição de critérios operacionais, análise de viabilidade e
679 desenvolvimento de ações efetivas de educação financeira. Destacou que a simples oferta de
680 empréstimos a taxas menores não caracterizaria educação financeira, podendo inclusive
681 incentivar maior endividamento dos servidores. Concluiu que a resposta ao requerimento
682 deveria informar que o tema permaneceria em estudo, diante da inexistência de experiências
683 consolidadas e resultados comprovados no âmbito dos RPPS. Em seguida, Patrícia Nato
684 Toninato Bartolomei iniciou a leitura da minuta de resposta ao requerimento, destacando

685 que o texto registrava o respeito institucional à iniciativa parlamentar, esclarecia que a
686 autorização prevista na legislação possuía caráter facultativo e informava que o Comitê já
687 havia iniciado estudos técnicos destinados à análise da viabilidade futura da modalidade,
688 considerando aspectos atuariais, financeiros, jurídicos e operacionais, bem como o
689 acompanhamento das experiências desenvolvidas por outros regimes próprios de
690 previdência social. Patrícia Nato Toninato Bartolomei prosseguiu a exposição ao abordar as
691 experiências empíricas de outros regimes que já haviam implantado a modalidade de crédito
692 consignado. A análise indicou que, no acumulado do primeiro trimestre de 2026, as carteiras
693 de consignados apresentaram rentabilidades inferiores às obtidas com títulos públicos
694 federais indexados à inflação no mesmo período, evidenciando que, no contexto
695 macroeconômico vigente, os investimentos soberanos já presentes na carteira apresentam
696 rentabilidade mais elevada e menor exposição a risco de crédito. Patrícia Nato Toninato
697 Bartolomei enfatizou que o mapeamento de riscos da modalidade de empréstimo consignado
698 indicava que a estrutura da operação transcendia a simples alocação de recursos, envolvendo
699 diferentes riscos submetidos à análise do Comitê, entre eles risco de crédito, risco
700 operacional, risco jurídico, risco de liquidez e risco reputacional, ocasião em que Wilclem de
701 Lázari Araújo acrescentou que a comparação deveria ressaltar rentabilidade superior, baixa
702 complexidade operacional, alta liquidez e característica de ativo livre de risco de crédito.
703 Patrícia Nato Toninato Bartolomei prosseguiu apontando que a responsabilidade solidária
704 dos órgãos pagadores, exigida pela normativa, poderia gerar potenciais passivos financeiros
705 adicionais, especialmente em casos de falhas de repasse, enquanto também destacou o risco
706 de liquidez associado aos contratos de longo prazo, com prazos de até noventa e seis meses e
707 ausência de liquidez antecipada, o que implicaria imobilização de capital e redução da
708 flexibilidade de alocação da carteira diante de novas oportunidades ou necessidades atuariais.
709 Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei apresentou o dilema estrutural da
710 definição de taxas na operação, registrando a dificuldade de conciliar uma taxa
711 suficientemente baixa para benefício do servidor e, simultaneamente, suficientemente alta
712 para superar alternativas de mercado e proteger o patrimônio coletivo, sobretudo em
713 cenários de Selic elevada, além de destacar os custos administrativos, operacionais, de
714 sistemas, compliance, estruturação de garantias e eventuais custos jurídicos, os quais
715 poderiam reduzir significativamente a rentabilidade líquida da operação. Concluiu-se, naquele
716 momento, que não seria possível afirmar que a modalidade de empréstimo consignado
717 garantiria taxas inferiores às praticadas pelo mercado financeiro privado, tendo sido
718 mencionadas simulações com taxas a partir de 1,15% ao mês no mercado e referências
719 próximas na Caixa Econômica Federal, bem como comparações com experiências pontuais
720 de outras autarquias, que operavam com taxas a partir de aproximadamente 1,25% ao mês,
721 sem evidência suficiente de que tais operações assegurassem melhor desempenho ou
722 atingimento de metas. Daniel Henrique Martins Biot acrescentou que, mesmo diante de

723 taxas aparentemente competitivas, não existia histórico suficiente para verificar se tais
724 operações permitiriam o atingimento de metas atuariais ou de rentabilidade, uma vez que os
725 custos efetivos das estruturas envolvidas não estavam integralmente observados, tendo sido
726 ressaltada também a ausência de bases de dados consolidadas sobre a experiência de outros
727 entes, o que dificultava a realização de estudos comparativos robustos. Patrícia Nato
728 Toninato Bartolomei, em seguida, registrou que a finalidade do regime previdenciário
729 permanecia vinculada à adequada gestão dos recursos garantidores do plano de benefícios,
730 com vistas à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e ao pagamento dos benefícios
731 previdenciários, bem como à promoção de ações de educação financeira aos segurados.
732 Também foi consignado que eventual implantação da modalidade dependeria da conclusão
733 de estudos técnicos, de alteração prévia da política de investimentos e de deliberação
734 expressa do Conselho Municipal, tendo Patrícia Nato Toninato Bartolomei reiterado que o
735 Comitê de Investimentos permanecia acompanhando a evolução regulatória e dando
736 continuidade às análises solicitadas. Ato contínuo, com relação ao item VII da pauta **a fim**
737 **de seguir o procedimento exposto no item 3.2.7 do Manual do Pró-Gestão RPPS, é**
738 **feita a análise dos seguintes itens: a) Análise do Cenário Macroeconômico.** Foi
739 verificado, além do Relatório Macroeconômico da LDB Consultoria, outras fontes dos
740 bancos com os quais a Riopretoprev se relaciona, e as notícias mais recentes divulgadas,
741 destacando: *Na semana anterior a 25/05/2026, o Ibovespa encerrou em queda, refletindo um ambiente*
742 *de cautela no mercado doméstico, apesar do desempenho positivo das bolsas internacionais. O principal índice*
743 *da B3 recuou 0,61% no acumulado da semana, fechando aos 176.209,61 pontos, registrando a sexta*
744 *semana consecutiva de perdas. No acumulado de maio, a desvalorização atingiu 5,93%, enquanto, no ano, o*
745 *índice ainda apresentava ganho de 9,36%. No cenário internacional, os investidores acompanharam a posse*
746 *de Kevin Warsh na presidência do Federal Reserve, em meio às expectativas de manutenção de uma política*
747 *monetária mais restritiva diante das persistentes pressões inflacionárias nos Estados Unidos. Ao mesmo*
748 *tempo, o avanço gradual das negociações diplomáticas entre Estados Unidos e Irã contribuiu para reduzir*
749 *parte das incertezas geopolíticas, favorecendo o desempenho das bolsas norte-americanas e europeias. No*
750 *mercado doméstico, o anúncio de um bloqueio adicional de R\$ 22,1 bilhões no orçamento federal reforçou o*
751 *compromisso do governo com o cumprimento do arcabouço fiscal, contribuindo para uma redução do prêmio de*
752 *risco de longo prazo. Ainda assim, o desempenho do Ibovespa foi pressionado pela realização de lucros no*
753 *setor financeiro, com quedas relevantes dos principais bancos, parcialmente compensadas pela valorização das*
754 *ações da Vale. No mercado de câmbio, o dólar comercial avançou 0,55%, encerrando cotado a R\$ 5,028. Já*
755 *no mercado de juros, a curva de DI apresentou comportamento misto, com elevação dos vértices curtos e*
756 *fechamento das taxas de longo prazo, movimento que favoreceu a valorização, via marcação a mercado, dos*
757 *títulos públicos prefixados e indexados à inflação de maior duration. Nesse contexto, o desempenho da renda*
758 *fixa permaneceu relativamente favorável para os RPPS, especialmente nas estratégias expostas aos títulos de*
759 *prazos mais longos, embora o cenário siga exigindo cautela diante das incertezas relacionadas à política*
760 *monetária internacional, às expectativas de inflação e à evolução do quadro fiscal brasileiro. Em seguida, os*

761 *membros avaliaram as projeções do Boletim Focus divulgado no dia 25/05/2026, referente a*
762 *22/05/2026, que trouxe as seguintes projeções: IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo):*
763 *em 2026, a projeção subiu para 5,04%; em 2027, para 4,01%; em 2028 ficou em 3,65%; e 2029, ficou*
764 *em 3,50%. PIB (Produto Interno Bruto): a projeção para 2026 subiu para 1,89% e 2027 caiu para*
765 *1,70%; em 2028 e 2029, ficou em 2,00%. Taxa de Câmbio: em 2026 caiu para R\$ 5,17; para 2027,*
766 *caiu para 5,26; 2028, caiu para R\$ 5,30; em 2029 ficou em R\$ 5,40. Taxa Selic: ficou em 2026 em*
767 *13,25%; para 2027 em 11,25%; para 2028 e 2029, manteve-se 10,00%. Para os próximos meses, as*
768 *projeções de IPCA são: 0,46% para maio, 0,31% para junho e 0,26% para julho de 2026. Com relação*
769 *ao item b) Evolução do Orçamento e fluxo de caixa: o Sr. Adriano Antônio Pazianoto*
770 *apresentou o balancete contábil de abril/2026: No período, as receitas orçamentárias totalizaram R\$*
771 *30.719.435,66, sendo: Contribuições dos 5.470 servidores ativos – R\$ 5.912.156,06; Contribuições dos*
772 *Aposentados e Pensionistas - R\$ 1.183.006,78; Contribuição Patronal Normal – R\$ 10.485.735,73;*
773 *Contribuição Patronal Suplementar – R\$ 2.114.512,47; Parcelamentos – R\$ 3.797.862,08; Aportes*
774 *Periódicos - R\$ 1.765.829,90; COMPREV – R\$ 890.963,62; Receita Patrimonial – R\$*
775 *3.989.575,26; Restituições da Folha de Pagamento – R\$ 1.767,14; Outras Receitas – R\$ 578.026,62.*
776 *No período, as despesas equivaleram a R\$ 25.204.276,07, sendo: a) Despesa com benefícios previdenciários:*
777 *i) com 1.935 aposentadorias: R\$ 22.807.102,63; ii) com 255 pensões: R\$ 1.703.551,58; iii) com*
778 *pagamento de benefícios em decorrência de ordem judicial: R\$ 123.063,40; iv) indenizações e restituições*
779 *trabalhistas – R\$ 0,00; v) despesas com compensação previdenciária – R\$ 12.249,92; b) Despesas*
780 *administrativas – R\$ 558.308,54. Conclui-se, com análise da peça, um resultado orçamentário*
781 *superavitário de R\$ 5.515.159,59 no mês e superavitário de R\$ 15.173.666,22 no ano, e um resultado*
782 *previdenciário superavitário de R\$ 16.883.965,40 no mês e de R\$ 31.522.494,44 no ano. c)*
783 **Desempenho dos investimentos no mês de abril de 2026: DISTRIBUIÇÃO DOS**
784 **RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA**
785 **RESOLUÇÃO CMN Nº 5.272/2025: Transição Regulatória – Atualização do Marco Normativo: A**
786 **partir de 02 de fevereiro de 2026 entrou em vigor a Resolução CMN nº 5.272/2025, que passou a**
787 **regulamentar as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), substituindo a**
788 **Resolução CMN nº 4.963/2021. A nova regulamentação introduziu atualizações relevantes no arcabouço**
789 **de investimentos previdenciários, incluindo novos critérios relacionados à governança, à classificação prudencial**
790 **das instituições financeiras, aos limites de participação de recursos de RPPS em fundos de investimento e à**
791 **reorganização dos segmentos de aplicação. Em razão dessas alterações regulatórias, algumas aplicações**
792 **existentes na carteira apresentam situações de desenquadramento passivo, caracterizadas quando o**
793 **desenquadramento decorre de mudanças normativas ou fatores alheios à decisão de investimento da**
794 **Autarquia. Enquadramento da Carteira por Segmento: A conformidade com a Resolução CMN n.º**
795 **5.272/2025 abrange diferentes segmentos, destacando-se: Renda Fixa: 76,95% do PL (Limite 100%,**
796 **Art. 7º); Renda Variável: 10,75% do PL (Limite 50%, Art. 8º); Investimentos no Exterior: 3,44% do**
797 **PL (Limite 10%, Art. 9º); Investimentos Estruturados: 8,86% do PL (Limite 20%, Art. 10º).**
798 **Distribuição da Carteira por Classe de Ativo: Adentrando no detalhamento de cada segmento: Renda Fixa:**

799 Art. 7º, I => 4,90% PL - Limite 100%; Art. 7º, II => 63,07% PL - Limite 100%; Art. 7º, V =>
800 7,12% PL - Limite 80%; Art. 7º, VI => 1,86% PL - Limite 20%. Renda Variável: Art. 8º, I =>
801 6,73% PL - Limite 40%; Art. 8º, III => 4,02% PL - Limite 10%. Investimentos no Exterior: Art. 9º,
802 II => 0,93% PL - Limite 10% no total de IE; Art. 9º, III => 2,51% PL - Limite 10% no total de
803 IE. Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => 5,32% PL - Limite 15%; Art. 10º, III => 3,54% PL
804 - Limite 10%. Limite Global: De acordo com Art. 14, os RPPS ficam sujeitos a um limite global, no
805 conjunto dos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários de 60% do PL
806 para Nível IV do Pró-Gestão RPPS. Riopretoprev = 19,61% do PL Participação da RioPretoPrev nos
807 Fundos de Investimento: No que diz respeito aos limites em relação ao PL da RioPretoPrev (Art. 18º),
808 excetuadas as aplicações de emissão do Tesouro Nacional, o maior percentual é do FI BRADESCO FIF
809 RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESPONSABILIDADE
810 LIMITADA, representando 5,43% do PL, seguido do BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI
811 MULTIMERCADO e CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP que ocupam o 2º e
812 3º lugares, com 5,32% e 2,9% do PL, respectivamente. Controle da Participação de RPPS no Patrimônio
813 Líquido dos Fundos: Nos termos do Art. 19 da Resolução CMN nº 5.272/2025, o maior percentual em
814 relação ao Patrimônio Líquido (PL) de um fundo, é de 3,13%, sendo atribuído ao fundo KINEA PE IV
815 FEEDER INST I FIP ME. Os dois seguintes, com 2,78% e 2,47% do PL, são, respectivamente, BTG
816 PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO e SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB
817 FIF. Entretanto, de acordo com §2º os fundos deverão limitar a participação total dos RPPS em até 50% de
818 seu PL (exceto durante doze meses iniciais; fundos 100% TP e outras situações trazidas na Resolução), e
819 com a entrada em vigor da RES. CMN nº 5.272/2025 a Riopretoprev passou a ter casos de
820 desenquadramento passivo para alguns fundos, que será detalhado no item sobre “Desenquadramento Passivo
821 – Resolução CMN nº 5.272/2025”. Desenquadramento Passivo – Resolução CMN nº 5.272/2025:
822 Em razão da entrada em vigor da nova regulamentação, algumas aplicações apresentam situações pontuais de
823 desenquadramento passivo relacionadas principalmente à classificação prudencial das instituições financeiras
824 ou ao percentual de participação de recursos de RPPS no patrimônio líquido de determinados fundos. Essas
825 situações decorrem de alterações regulatórias supervenientes e não de novas decisões de investimento. Síntese da
826 Situação da Carteira: A análise consolidada demonstra que a carteira de investimentos da Riopretoprev
827 permanece, em sua ampla maioria, enquadrada aos limites, critérios e princípios estabelecidos pela Resolução
828 CMN nº 5.272/2025, mantendo adequada diversificação entre os segmentos de aplicação e alinhamento às
829 estratégias definidas na Política de Investimentos. As situações de desenquadramento identificadas decorrem
830 exclusivamente da entrada em vigor da nova regulamentação, caracterizando desenquadramentos passivos
831 relacionados, principalmente: à classificação prudencial das instituições administradoras ou gestoras dos fundos
832 de investimento; ao percentual de participação conjunta de recursos de RPPS no patrimônio líquido de
833 determinados fundos. Todos os casos encontram-se devidamente identificados, monitorados e diligenciados pelo
834 Comitê de Investimentos e pela área técnica responsável, com acompanhamento contínuo junto às instituições
835 financeiras, administradores, gestores e distribuidores envolvidos, inclusive quanto às medidas, cronogramas e
836 alternativas apresentadas para eventual reenquadramento. Destaca-se, ainda, que parte relevante das

837 situações já possui tratativas em andamento para regularização, incluindo processos de reenquadramento
 838 prudencial de instituições financeiras, alterações estruturais em fundos e estudos de reorganização operacional
 839 por parte das administradoras. Adicionalmente, observa-se que a própria Resolução CMN nº 5.272/2025
 840 prevê prazo de até dois anos para permanência de recursos em situação de desenquadramento passivo, não
 841 havendo, desde sua vigência, realização de novas alocações discricionárias em ativos desenquadrados. Assim,
 842 as decisões do Comitê de Investimentos permanecem pautadas pelos princípios de segurança, rentabilidade,
 843 solvência, liquidez, transparência, aderência atuarial e preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do
 844 RPPS. **DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES**
 845 **ESTABELECIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:** Conforme os relatórios internos
 846 da RioPretoPrev e da LDB Consultoria, é notável que todos os fundos presentes na carteira estão em
 847 conformidade com a Política de Investimentos, aproximando-se dos objetivos estabelecidos. A análise dos
 848 diferentes segmentos, de acordo com os artigos, incisos e alíneas especificados, demonstra a aderência aos
 849 parâmetros previamente definidos: Renda Fixa: Art. 7º, I => 4,9% do PL (Objetivo: 2,50%; Limite entre
 850 0% e 100%); Art. 7º, III => 63,07% do PL (Objetivo: 59,70%; Limite entre 0% e 100%); Art. 7º, V
 851 => 7,12% do PL (Objetivo: 9,00%; Limite entre 0% e 60%); Art. 7º, VI => 1,86% do PL (Objetivo:
 852 1,80%; Limite entre 0% e 10%). Renda Variável: Art. 8º, I => 6,73% do PL (Objetivo: 7,00%;
 853 Limite entre 0% e 30%); Art. 8º, III => 4,02% do PL (Objetivo: 4,5%; Limite entre 0% e 10%).
 854 Investimentos no Exterior: Art. 9º, II => 0,93% do PL (Objetivo: 1,00%; Limite entre 0% e 10%);
 855 Art. 9º, III => 2,51% do PL (Objetivo: 3,0%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos Estruturados:
 856 Art. 10º, I => 5,32% do PL (Objetivo: 7,00%; Limite entre 0% e 15%); Art. 10º, III => 3,54% do
 857 PL (Objetivo: 4,50%; Limite entre 0% e 10%). Essa aderência aos limites e diretrizes estabelecidos reforça
 858 a eficácia da gestão de investimentos da RioPretoPrev, evidenciando a coerência com os objetivos traçados na
 859 Política de Investimentos. **DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ENTRE INSTITUIÇÕES E**
 860 **BENCHMARKS:** A alocação de recursos entre instituições e benchmarks na carteira da
 861 RIOPRETOPREV é detalhada a seguir: Banco do Brasil (R\$ 8,23 mi; 1,15% do PL): 04 fundos: 3
 862 Invest. Exterior, 1 RF. Caixa (R\$ 73,35 mi; 10,23% do PL): 10 fundos: 2 RV local, 1 RV BDR, 07
 863 RF. Notáveis: fundos DI. Bradesco (R\$ 38,96 mi; 5,43% do PL): 01 fundo de RF DI (Bradesco FIF
 864 Renda Fixa Referenciada DI Premium), cujo desempenho encontra-se acompanhado pelo Comitê e apresenta,
 865 na janela de 12 meses, rentabilidade compatível com os pares do segmento, conforme relatório da consultoria
 866 de investimentos. XP Investimentos (R\$ 14,03 mi; 1,96% do PL): 04 fundos: RV dividendos, Invest.
 867 Exterior e 2 FIPs (Pátria Investimentos e XP Selection Prime). Custódia das NTN-Bs (R\$ 452,21 mi;
 868 63,07% do PL). Custódia LF BTG Pactual (R\$ 13,36 mi; 1,86% do PL). Santander (R\$ 9,83 mi;
 869 1,37% do PL): 01 fundo: Exterior Global ESG, sem variação cambial. Western Asset (R\$ 13,35 mi;
 870 1,86% do PL): 01 fundos: RV BDR. Kinea/Lions (R\$ 12,29 mi; 1,71% do PL): 01 fundo: FIP
 871 adquirido em 2017, em fase de desinvestimentos. Kinea/Intrag (R\$ 4,3 mi; 0,60% do PL): 01 fundo: FIP
 872 em captação inicial. BTG Pactual (R\$ 49,36 mi; 6,88% do PL): 05 fundos: RV de ações valor,
 873 Multimercado S&P 500, FIP Economia Real em captação inicial, FIP Infraestrutura também em fase de
 874 captação de recursos e exterior multimercado. Banco Daycoval (R\$ 22,23 mi; 2,82% do PL): 02 fundos: 1

RV com gestão Tarpon e 1 com gestão Guepardo, ambos de ações valor. Vinci Compass (R\$ 1,79 mi; 0,25% do PL): 01 fundo: FIP em captação inicial. Itaú Unibanco (R\$ 2,78 mi; 0,39% do PL): 01 fundo: RV com pequena exposição em IE. Banco Safra (R\$ 2,94 mi; 0,41% do PL): 01 fundo: RV dividendos. Essa estratégia reflete a abordagem criteriosa da RIOPRETOPREV, buscando otimizar o retorno e gerenciar riscos eficientemente. **DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA E COMENTÁRIOS SOBRE A PERFORMANCE DOS FUNDOS E RESPECTIVOS SEGMENTOS:** A presente seção oferece uma análise detalhada da distribuição dos recursos da carteira da RioPretoPrev, apresentando uma visão abrangente dos diferentes segmentos de investimento e seus respectivos fundos. Ao longo do texto, serão fornecidos comentários aprofundados sobre o desempenho de cada fundo, destacando os resultados alcançados em relação às metas estabelecidas e as condições de mercado enfrentadas durante o período em análise. Essa análise crítica visa proporcionar uma compreensão integral da performance da carteira, oferecendo insights valiosos para a tomada de decisões estratégicas futuras. **RENTA FIXA:** Ao final do mês de abril, 76,95% dos recursos (R\$ 551,75 milhões) foram alocados em Renda Fixa, conforme a Resolução n.º 5.272/2025 (art. 7º). O segmento encerrou o período com uma valorização média de 1,33%. Em abril de 2026, o mercado de renda fixa brasileiro permaneceu favorecido pelo elevado patamar da taxa básica de juros, mesmo após a continuidade do processo gradual de redução da Selic, em um ambiente ainda marcado por cautela em relação à inflação e ao cenário fiscal. Os ativos pós-fixados e atrelados ao CDI continuaram apresentando desempenho consistente, refletindo a manutenção de juros reais elevados, enquanto os títulos indexados à inflação também foram beneficiados pelo fechamento parcial da curva de juros reais no período. Nesse contexto, os principais índices de renda fixa registraram resultados positivos, com destaque para o IMA-B (+1,81%), além do CDI (+1,09%), IMA-S (+1,09%), IRF-M (+1,24%) e IDA-DI Crédito Privado (+1,23%). O cenário reforçou a atratividade da renda fixa doméstica e a importância da estratégia de alocação em ativos conservadores e indexados à inflação no contexto previdenciário. Ao final de março, a carteira de Renda Fixa terminou composta por nove fundos ativos, representando 12,02% da carteira: sendo seis fundos 100% Títulos Públicos, totalizando 4,9% da carteira, representados pelo Artigo 7º I, rendendo 1,09%. Três fundos lastreados em ativos de curto prazo, representados por fundos DI, os quais correspondem a 7,12% da carteira e renderam em média 1,09%, compondo o Artigo 7º V. Em relação aos títulos públicos federais, o segmento fechou com 63,07% do PL da carteira e apresentou uma rentabilidade média de 1,37%, tendo sido feita uma aquisição de aproximadamente R\$ 12 milhões no vencimento 2031, com marcação na curva e taxa de IPCA+7,815% a.a., com os recursos resgatados no fundo BTG Pactual S&P-500 FIM em deliberação por realização de lucro no segmento na reunião ordinária do Comitê de Investimentos em 27/04/2026. As Letras Financeiras da carteira tiveram rendimento médio de 1,51% no mês, representando 1,86% do PL. O fundo em destaque do segmento foi: CAIXA BRSIL IRF-M TP FIF RF LP RESP LIMITADA, fechando o mês com rentabilidade de 1,25%. De forma geral, a Renda Fixa encerrou o mês com uma valorização de R\$ 7.032.988,92, rendimento médio de 1,33%. **RENTA VARIÁVEL:** No mês de abril, 10,75% (R\$ 77,06 milhões) dos recursos terminaram alocados em Renda Variável, conforme a Resolução n.º 5.272/2025 (art. 8º): em fundos de ações (Art. 8º, I), 6,73% da carteira e se desvalorizaram em média

0,26% no mês. E em fundos BDR (Art. 8º, III), 4,02% da carteira e valorizaram em média 7,19% no mês. Em abril de 2026, o mercado de renda variável doméstico apresentou desempenho praticamente estável, com o Ibovespa registrando leve variação negativa de -0,08% no mês, após a forte valorização observada no primeiro trimestre do ano. O período foi marcado por maior cautela dos investidores diante das incertezas relacionadas ao cenário fiscal, à trajetória da inflação e à condução da política monetária, mesmo com a continuidade do processo gradual de redução da taxa Selic. Além disso, o aumento da volatilidade nos mercados internacionais e as tensões geopolíticas também contribuíram para um ambiente mais defensivo. Ainda assim, o mercado acionário brasileiro permaneceu sustentado pelo fluxo de capital estrangeiro e pela atratividade relativa dos ativos locais, especialmente diante do elevado diferencial de juros e dos preços considerados descontados em diversos setores da bolsa brasileira. Os recursos do Art. 8º, I fecharam distribuídos entre vários segmentos de mercado, como: Dividendos, Alocação em Segmentos de Mercado/Ações Livre e Fundos de "Valor" e tiveram desempenhos mistos com fundos fechando em campo positivo e outros negativo. O destaque no mês foi o fundo ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIF CIC RL com 4,99%, já na outra ponta tivemos o TARPON GT INSTITUCIONAL FIF com -2,85%, cujo acompanhamento já vem sendo realizado pelo Comitê de Investimentos. Já no Art. 8º, III, composto pelos fundos BDR, todos os fundos tiveram excelente resultado no mês apresentando rentabilidade média de 7,19%, recuperando parte da desvalorização do ano, beneficiados principalmente pela recuperação parcial dos mercados internacionais no período. Mesmo com a continuidade da valorização do real frente ao dólar, fator que tende a reduzir os retornos em reais, a alta das bolsas globais, especialmente das empresas de tecnologia norte-americanas, contribuiu para sustentar o resultado da classe. O desempenho demonstra a importância dos BDRs como instrumento de diversificação da carteira, permitindo exposição a empresas e setores globais com baixa correlação ao mercado doméstico. De forma geral, a renda variável encerrou o mês com valorização de R\$ 1.804.771,72, correspondendo a 2,4%. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR: No mês de abril, 3,44% (R\$ 24,7 milhões) dos recursos foram destinados a Investimentos no Exterior, seguindo a Resolução n.º 5.272/2025 (art. 9º), e o segmento teve valorização média de 6,93% no mês. O cenário internacional em abril de 2026 permaneceu marcado por elevada volatilidade e aumento das incertezas geopolíticas, especialmente em razão das tensões no Oriente Médio e da continuidade das disputas comerciais entre grandes economias. Nos Estados Unidos, a economia seguiu resiliente, enquanto a inflação ainda pressionada manteve o mercado atento à condução da política monetária pelo Federal Reserve. Apesar desse ambiente de cautela, os principais índices acionários globais apresentaram recuperação no mês, com destaque para o MSCI World em moeda original, que avançou 9,45%, e para o S&P 500 em moeda original, com valorização de 10,42%, impulsionados principalmente pelo desempenho das empresas de tecnologia. Em reais, os índices também registraram desempenho positivo, ainda que parcialmente reduzido pela valorização do real frente ao dólar no período. Nos fundos de Investimento no Exterior – Investidor Qualificado (art. 9º, II), ficaram alocados 0,93% do patrimônio líquido (PL) da Riopretoprev, totalizando R\$ 6,69 milhões, e esses fundos fecharam o mês com valorização média de 4,06%. Nos fundos de Investimento no Exterior – Investidor Geral (art. 9º, III), ficaram alocados 2,51% da carteira, com valorização média de 8,04%. Todos os fundos do segmento apresentaram rentabilidade positiva no mês, cabe aqui destaque para o fundo

951 *SANTANDER GO GLOBAL EQUITY ESG REAIS IS MULT IE FIF RL que rendeu*
 952 *11,27%. No geral, o segmento de Investimentos no Exterior encerrou o mês com valorização de R\$*
 953 *1.600.660,65, correspondente a rentabilidade positiva média de 6,93%. INVESTIMENTOS*
 954 *ESTRUTURADOS: No mês de abril, 8,86% (R\$ 63,5 milhões) dos recursos fecharam alocados em*
 955 *Investimentos Estruturados. Em fundos Multimercados (art. 10º, I), ficaram 5,32% do patrimônio líquido*
 956 *(PL) da Riopretoprev, totalizando R\$ 38,12 milhões, com uma valorização de 11,26%, representados pela*
 957 *estratégia S&P-500. Nessa estratégia houve desinvestimento parcial de R\$ 12 milhões, de acordo com*
 958 *deliberação do Comitê de Investimentos em 27/04/2026, com realização de lucro no segmento e realocação*
 959 *dos recursos em títulos públicos federais. Nos fundos de participação (art. 10º, III), ficaram 3,54% do PL, o*
 960 *equivalente a R\$ 25,38 milhões, alocados no FIP Kinea IV, no FIP Kinea V, no FIP BTG Pactual*
 961 *Economia Real II Multiestratégia, no BTG Pactual Infraestrutura III, no Pátria PE VII Advisory FIP*
 962 *Multi - Classe C, no FIP VCP IV e no XP Selection Prime com uma desvalorização média no segmento*
 963 *de -0,3% no mês. Houve integralização de Capital nos fundos BTG PACTUAL*
 964 *INFRAESTRUTURA III FEEDER FIP ME e no XP SELECTION PRIME, totalizando R\$*
 965 *772,6 mil. Apenas o fundo KINEA PRIVATE EQUITY IV apresentou resultado positivo com*
 966 *valorização de 0,06% no mês. No geral, o segmento de Investimentos Estruturados encerrou o mês com uma*
 967 *valorização de R\$ 4.889.016,74, rentabilidade média de 7,09% no mês. DISPONIBILIDADE*
 968 *FINANCEIRA: No fechamento do mês de abril de 2026 todos os recursos estavam aplicados no mercado*
 969 *financeiro fechando as contas com saldo zerado. Destacamos aqui deliberação do Comitê de Investimentos em*
 970 *reunião ordinária de 27/04/2026 onde os membros deliberaram, por unanimidade, pela otimização e/ou*
 971 *realização de lucros nos segmentos de renda variável, investimentos no exterior e investimentos estruturados*
 972 *com realocação de recursos em renda fixa, mantendo-se limites previstos na Política de Investimentos e Riscos*
 973 *de 2026 e indicações trazidas no último estudo de ALM (2025) da seguinte forma: a) Resgates: i) Resgate*
 974 *total do fundo CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC CLASSE FIF EM AÇÕES RL,*
 975 *CNPJ: 14.507.699/0001-95 (aprox. R\$ 9,5 milhões em 23/04/26); ii) Resgate parcial de R\$ 2*
 976 *milhões do fundo CAIXA ATENA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANT FIC DE CLASSE*
 977 *DE FIF EM AÇÕES RL, CNPJ: 30.068.169/0001-44; iii) Resgate parcial de R\$ 1 milhão do XP*
 978 *INVESTOR DIVIDENDOS CI AÇÕES – RL, CNPJ: 16.575.255/0001-12; iv) Resgate parcial*
 979 *de R\$ 1 milhão do SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIF CIC AÇÕES RL, CNPJ:*
 980 *02.097.252/0001-06; v) Resgate parcial de R\$ 3 milhões do SANTANDER GO GLOBAL*
 981 *EQUITY REAIS IS MULT IE - FIF RL, CNPJ: 34.258.351/0001-19; vi) Resgate parcial de R\$*
 982 *12 milhões do BTG PACTUAL S&P 500 BRL FIM – RL, CNPJ: 36.499.594/0001-74 b)*
 983 *Aplicação: i) dos recursos resgatados do fundo BTG PACTUAL S&P 500 BRL FIM – RL, CNPJ:*
 984 *36.499.594/0001-74 com aquisição de NTN-B com vencimento em 2031, com remuneração acima de*
 985 *IPCA+7,00%, acima da meta atuarial, marcados na curva; ii) dos demais recursos resgatados no fundo*
 986 *CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO*
 987 *FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ:*
 988 *10.740.670/0001-06, até nova deliberação; c) Utilização do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1*

989 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA -
990 RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, para alocação dos recursos
991 que não puderem ser alocados imediatamente de acordo com as deliberações do comitê nas movimentações
992 acima descritas. As movimentações serão efetivadas de forma gradual, mitigando os riscos e também
993 observando prazos de cotização e liquidação dos fundos. Em abril já foi executado o resgate parcial do fundo
994 BTG PACTUAL S&P 500 BRL FIM – RL com realocação em aquisição de NTN-B com vencimento
995 em 2031. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA E OBSERVÂNCIA DA
996 POLÍTICA DE RISCOS: Após análise dos resultados, os membros constataram que a carteira está
997 aderente à Política de Riscos 2026. Aqui destacamos que todos os segmentos estão dentro dos limites de
998 VaR (Value at Risk) definidos na Política de Investimentos, em conformidade com a Política de Riscos
999 vigente. Destacamos ainda que a liquidez da carteira está com limites dentro do previsto na Política de
1000 Investimentos, sendo de no mínimo 20% resgatáveis em 30 dias. PRINCIPAIS INDICADORES DOS
1001 INVESTIMENTOS DA RIOPRETOPREV NO MÊS DE ABRIL DE 2026: Diante de um
1002 cenário econômico ainda marcado por volatilidade, incertezas geopolíticas e cautela em relação à trajetória da
1003 inflação e dos juros nas principais economias, a atuação do Comitê de Investimentos permaneceu fundamental
1004 na condução estratégica da carteira da RioPretoPrev. Nesse contexto, o acompanhamento contínuo do cenário
1005 macroeconômico e a gestão diligente dos riscos seguiram como pilares essenciais na tomada de decisões de
1006 investimento. A carteira apresentou rentabilidade positiva no mês de abril, superando de forma expressiva a
1007 meta atuarial do período e contribuindo significativamente para a recuperação do desempenho acumulado no
1008 exercício, aproximando a carteira do atingimento da meta anual. O resultado foi favorecido principalmente
1009 pelo desempenho consistente da renda fixa doméstica, impulsionada pelo elevado patamar dos juros reais, pela
1010 valorização dos títulos indexados à inflação e pela manutenção da estratégia de alocação em ativos
1011 conservadores e aderentes às necessidades atuariais do RPPS. Também contribuíram positivamente para o
1012 resultado da carteira a recuperação parcial dos mercados internacionais e o desempenho favorável dos ativos
1013 atrelados ao exterior, especialmente os BDRs e os fundos multimercados vinculados ao S&P 500, que
1014 apresentaram forte valorização no mês. Esse comportamento reforça a importância da diversificação da
1015 carteira, com exposição a diferentes fatores de risco — como juros, inflação, renda variável e câmbio —
1016 permitindo maior equilíbrio dos resultados em diferentes ciclos de mercado. Assim, mesmo diante de oscilações
1017 pontuais em determinados segmentos, a estratégia de alocação diversificada contribui para maior resiliência da
1018 carteira no longo prazo. Dessa forma, o Comitê de Investimentos segue atento à evolução do cenário econômico
1019 e aos movimentos dos mercados, mantendo postura prudente e diligente na gestão dos recursos previdenciários,
1020 sempre alinhada às diretrizes da Política de Investimentos, aos estudos de ALM e aos objetivos de solvência e
1021 sustentabilidade do RPPS. Abaixo segue uma análise detalhada dos principais indicadores que permite
1022 observar o desempenho: RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL no mês de abril
1023 de 2026: RENDIMENTO em abril-2026 (em R\$): 15.327.438,03; RENDIMENTO em abril-
1024 2026 (em %): 2,2%; META ATUARIAL em abril -2026 (%): 1,11%; RAZÃO:
1025 RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL (%) EM ABRIL-2026: 198,2%.
1026 RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL ANUAL:

1027 RENDIMENTO ano (em R\$): 28.477.758,58; RENDIMENTO ano (em %): 4,17%; META
1028 ATUARIAL ano (%): 4,43%; RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO x META
1029 ATUARIAL ano (%): 94,13%; META GERENCIAL (IMA-B) (%): 4,85%; CDI (%): 4,54%;
1030 IRF M1 (%): 4,31%; IBOVESPA (%): 16,26%; IBX-50 (%): 17,61%; S&P 500 (BRL) (%): -
1031 4,52%; S&P 500 (USD) (%): 5,31%; MSCI ACWI (BRL) (%): -3,75%; MSCI ACWI (USD)
1032 (%): 6,16%. PERFORMANCE NOS ÚLTIMOS PERÍODOS: ATINGIMENTO DA
1033 META ATUARIAL: NOS ÚLTIMOS 3 MESES: 83,1%; NOS ÚLTIMOS 6 MESES:
1034 104,62%; NOS ÚLTIMOS 12 MESES: 145,1; NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 124,36%; NOS
1035 ÚLTIMOS 36 MESES: 130,23%; NOS ÚLTIMOS 48 MESES: 114,01%; DO ANO EM
1036 CURSO: 94,13%; DESDE O INÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA: 66,05%;
1037 DESDE O INÍCIO DA RIOPRETOPREV: 89,33%. Verificaram também as APRs de
1038 movimentações efetuadas no mês de abril e as alocações por estratégia. Os membros fizeram análises dos
1039 gráficos de dispersão dos fundos, em diversas janelas e segmentos da Resolução CMN 5.272/2025. Ainda,
1040 com relação a análise de riscos realizaram stress test e backtesting da carteira a fim de avaliar o desempenho
1041 potencial da carteira em diferentes cenários. Por fim, após minuciosa análise, **as informações de**
1042 **investimentos referentes ao mês de abril de 2026 foram aprovadas, por unanimidade,**
1043 **com parecer favorável quanto à sua precisão e conformidade.** Na sequência, os
1044 membros passaram para a análise das situações de desenquadramento passivo da carteira.
1045 Patrícia Nato Toninato Bartolomei registrou que foram oficiadas todas as instituições cujos
1046 fundos se encontravam nessa condição, tendo havido manifestação da maioria, com exceção
1047 da XP, cuja resposta ainda não havia sido formalizada. Relatou que os fundos TARPON e
1048 GUEPARDO haviam se manifestado, destacando que o administrador Daycoval estaria em
1049 processo de transição regulatória para o segmento S2, com previsão de conclusão até o final
1050 do ano, e que, caso não houvesse êxito, alternativas de enquadramento já estariam sendo
1051 estudadas. Em relação ao fundo do BTG S&P500, Patrícia Nato Toninato Bartolomei
1052 registrou que não houve manifestação formal de reenquadramento, mas que a instituição
1053 havia sugerido, como alternativa, a utilização de um ETF atrelado ao S&P 500, o que
1054 possibilitaria o reenquadramento imediato da carteira, embora tenha sido ressaltada a
1055 necessidade de avaliação técnica mais aprofundada sobre o produto antes de eventual
1056 decisão, incluindo a possibilidade de realização de reunião específica com a instituição.
1057 Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou ainda que o fundo CAIXA DI encontrava-se
1058 enquadrado para novos aportes, com base no artigo 118, inciso I, da Portaria MTP nº 1.467,
1059 de 02 de junho de 2022, tendo em vista que a participação de recursos do RPPS era inferior a
1060 cinquenta por cento do patrimônio líquido do fundo master CAIXA MASTER PLUS 50
1061 FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA REFERENCIADO DI
1062 LONGO PRAZO, inscrito no CNPJ nº 09.468.618/0001-55, ressaltando que, para fins de
1063 verificação dos limites de concentração dos recursos do RPPS em relação ao patrimônio
1064 líquido do fundo de investimento, quando se tratava de estruturas de fundos na modalidade

1065 master-feeder, o limite deveria ser verificado apenas em relação ao fundo master, desde que
1066 fosse possível identificar, no regulamento do fundo feeder, a referência ao fundo master.
1067 Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou ainda que o CAIXA MATRIZ se encontrava
1068 em estudo para processo de “masterização”, de forma semelhante ao já realizado no CAIXA
1069 BRASIL REFERENCIADO DI, com previsão de definição de viabilidade até agosto de
1070 2026. Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou também que o CAIXA BRASIL AÇÕES
1071 LIVRE QUANTITATIVO RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES se encontrava em estudo
1072 para possível fusão com outras estratégias de renda variável do portfólio da CAIXA, com
1073 previsão de definição de viabilidade igualmente para agosto de 2026. Patrícia Nato Toninato
1074 Bartolomei registrou ainda que o CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF
1075 AÇÕES BDR NÍVEL I se encontrava em estudo para alteração de política de investimento
1076 e/ou eventual lançamento de produtos similares que oferecessem alternativas de
1077 investimento, com previsão de definição de viabilidade para setembro de 2026. Ainda,
1078 informou que os itens que atualmente geravam desenquadramento da posição no fundo
1079 Western Asset FIF Ações BDR Nível I RL, em decorrência da entrada em vigor da
1080 Resolução nº 5.272, correspondiam à classificação do administrador como S1 ou S2 e à
1081 classificação do distribuidor como S1 ou S2, tendo sido registrado que ambos os pontos já se
1082 encontravam em processo de endereçamento. Patrícia Nato Toninato Bartolomei registrou
1083 que a transferência da administração do fundo para a Intrag, instituição pertencente ao
1084 conglomerado prudencial do Banco Itaú classificado como S1, encontrava-se prevista para
1085 ocorrer em aproximadamente dois meses. Informou ainda que, em relação ao segundo
1086 ponto, existia acordo avançado com instituição classificada como S1 para assumir a
1087 distribuição dos fundos no segmento de RPPS, cuja formalização deveria ser anunciada em
1088 breve, com implementação prevista de forma concomitante à migração da administração
1089 para a Intrag. Por fim, Patrícia Nato Toninato Bartolomei registrou que, conforme havia
1090 informado anteriormente, a instituição XP ainda não havia se manifestado formalmente no
1091 âmbito dos ofícios encaminhados pelo Comitê, mas que a administração do fundo da XP
1092 havia sido transferida para a Bradesco Bem DTVM, instituição já credenciada no âmbito da
1093 autarquia, o que indicou que o fundo se encontrava em processo de transição operacional.
1094 Assim, foi dada **ciência sobre as respostas aos questionamentos em relação aos**
1095 **desenquadramentos passivos da carteira dado pelas instituições oficiadas.** Em
1096 continuidade, Patrícia Nato Toninato Bartolomei iniciou a abertura das discussões sobre a
1097 carteira de investimentos, registrando a existência de uma chamada de capital referente ao
1098 FIP BTG Infra III, com vencimento previsto para o dia 3 de junho, no valor de R\$
1099 220.000,00. Assim, após análise, **os membros deliberaram, por unanimidade, pela**
1100 **utilização de recursos da conta corrente de benefícios da CEF, caso haja recursos**
1101 **disponíveis na data da integralização ou, se necessário, resgate da quantia necessária**
1102 **do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE**

1103 **INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE**
1104 **LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, para integralização da 11ª Chamada de**
1105 **Capital do BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA III FEEDER FIP**
1106 **MULTIESTRATEGIA, CNPJ 49.430.776/0001-30.** A movimentação manterá a carteira
1107 aderente à Política de Investimentos e Riscos, bem como ao estudo de ALM vigente. Sem
1108 mais assuntos, a presente reunião foi finalizada. Para constar, eu, Patrícia Nato Toninato
1109 Bartolomei, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por mim
1110 assinada e por todos os presentes. Ata aprovada, por unanimidade, na reunião ordinária de
1111 13/07/2026 (primeira reunião ordinária de julho de 2026).



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1989-D4D1-E807-B48D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT (CPF 410.XXX.XXX-57) em 14/07/2026 11:19:42 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ WILCLEM DE LAZARI ARAUJO (CPF 352.XXX.XXX-01) em 14/07/2026 12:37:24 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO (CPF 219.XXX.XXX-01) em 14/07/2026 14:45:24 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO (CPF 327.XXX.XXX-48) em 14/07/2026 17:06:00 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI (CPF 326.XXX.XXX-02) em 23/07/2026 07:45:32 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/1989-D4D1-E807-B48D>